



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

NATHÁLIA FERRAZ FREITAS

**A Teoria do Apego na creche: um olhar para o papel dos vínculos no
desenvolvimento de bebês e crianças pequenas**

Presidente Prudente
2020

NATHÁLIA FERRAZ FREITAS

**A Teoria do Apego na creche: um olhar para o papel dos vínculos no
desenvolvimento de bebês e crianças pequenas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia “Júlio de
Mesquita Filho” – UNESP, Campus de Presidente Prudente/SP
– Linha de Pesquisa: Processos formativos, infância e
juventude, como exigência parcial para obtenção do título de
Mestre em Educação.

Orientadora: Cinthia Magda Fernandes Ariosi

Presidente Prudente
2020

F866t Freitas, Nathália Ferraz
A Teoria do Apego na creche : um olhar para o papel dos vínculos no desenvolvimento de bebês e crianças pequenas / Nathália Ferraz Freitas. -- Presidente Prudente, 2020
87 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente
Orientadora: Cinthia Magda Fernandes Ariosi

1. Teoria do Apego. 2. John Bowlby. 3. Vínculo. 4. Creche. 5. Professor. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp.
Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.
Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Presidente Prudente

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: A teoria do apego na creche: um olhar para o papel dos vínculos no desenvolvimento de bebês e crianças pequenas

AUTORA: NATHÁLIA FERRAZ FREITAS

ORIENTADORA: CINTHIA MAGDA FERNANDES ARIOSI

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Mestra em EDUCAÇÃO, pela Comissão Examinadora:

Profa. Dra. CINTHIA MAGDA FERNANDES ARIOSI (Participação Virtual)
Departamento de Educação / UNESP/Câmpus de Presidente Prudente

Prof. Dr. FABIO CAMARGO BANDEIRA VILLELA (Participação Virtual)
Departamento de Educação / UNESP Câmpus de Presidente Prudente

Profa. Dra. ALINE SOMMERHALDER (Participação Virtual)
Departamento de Teorias e Práticas Pedagógicas / Universidade Federal de São Carlos

Presidente Prudente, 17 de novembro de 2020

DEDICATÓRIA

A minha mãe, Verônica

Ao meu pai, Altair

Vocês são minha base segura, meu incentivo e minha luz.

Agradecimentos

A Deus, por ter me permitido chegar até aqui, por me dar força, graça e sabedoria nessa jornada. Tudo é Dele, por Ele e para Ele.

Aos meus pais, Verônica e Altair, por me apoiarem, incentivarem, me aconselharem, por serem os melhores pais e amigos. Amo vocês.

A minha irmã, Raphaela, pelo seu apoio, pelas palavras sempre certas e carinhosas e pela amizade. Amo você.

A todos os meus familiares, tios, tias, primos, primas e minha vó Alzira, por sempre trazerem ao meu coração alegria, amor e esperança. Apesar dos vários quilômetros que nos separam, tenho vocês sempre perto. Amo vocês.

Às amigas queridas, Sorrana, Amanda e Fabiana, que tornaram essa caminhada mais leve e feliz.

A Prof. Dra. Marta Campos de Quadros, obrigada pelas palavras de incentivo, carinho e confiança.

Aos queridos membros do GEPPi (Grupo de Estudos e Pesquisa sobre a Primeira Infância), que carinhosamente chamo de “geppianos”. Obrigada pelas discussões que enriqueceram este trabalho, pelo carinho comigo e com minha pesquisa.

A minha orientadora Prof. Dra. Cinthia Magda Fernandes Ariosi, por compartilhar tantos conhecimentos, por seus apontamentos sempre tão pertinentes e a sua dedicação, por ser, além de uma orientadora, uma grande amiga.

Aos membros da banca examinadora, Prof. Dr. Fábio Camargo Bandeira Villela e Prof.^a Dra. Aline Sommerhalder, pelo olhar cauteloso e pela correção tão certa.

A todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho, me auxiliaram nessa jornada, a minha eterna gratidão. É extremamente significativo saber que tenho a minha volta pessoas tão queridas e amorosas, que, em um mundo cada vez mais individualista, ainda se preocupam com a felicidade do outro. Muito obrigada!

É pertinente ressaltar que o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

O homem da orelha verde

*Um dia num campo de ovelhas
Vi um homem de verdes orelhas
Ele era bem velho, bastante idade tinha
Só sua orelha ficara verdinha
Sentei-me então a seu lado
A fim de ver melhor, com cuidado
Senhor, desculpe minha ousadia, mas na sua idade
de orelha tão verde, qual a utilidade?
Ele me disse, já sou velho, mas veja que coisa linda
De um menininho tenho a orelha ainda
É uma orelha-criança que me ajuda a compreender
O que os grandes não querem mais entender
Ouço a voz de pedras e passarinhos
Nuvens passando, cascatas e riachinhos
Das conversas de crianças, obscuras ao adulto
Compreendo sem dificuldade o sentido oculto
Foi o que o homem de verdes orelhas
Me disse no campo de ovelhas.
(Gianni Rodari)*

A Teoria do Apego na creche: um olhar para o papel dos vínculos no desenvolvimento de bebês e crianças pequenas

RESUMO

Diversas são as questões que impactam o desenvolvimento e o trabalho com bebês e crianças pequenas na creche, dentre estas, nota-se que o apego entre criança-professor deve ser pensado, pois trata-se de um elemento essencial para o desenvolvimento da criança. Conforme aponta a Teoria do Apego de John Bowlby, os seres humanos nascem com a necessidade de formar vínculos com outras pessoas e a qualidade e a consistência desses vínculos impactam o desenvolvimento das crianças, trazendo consequências até a fase adulta. Diante das necessidades de apego do bebê e da criança pequena, defende-se que a creche deve refletir sobre os vínculos que se firmam entre professor e criança no interior da instituição, pois um trabalho que respeite as crianças e as especificidades do trabalho na creche perpassa por esse tema. Diante disso, esta pesquisa, de cunho bibliográfico, que se encontra vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Presidente Prudente, na linha de pesquisa “Processos formativos, infância e juventude” apresenta o seguinte problema de pesquisa: Quais as contribuições da Teoria do Apego para educação de bebês e crianças pequenas na creche? Como as ações do dia a dia da creche podem possibilitar a construção de relações de apego entre professor e crianças? A fim de trazer respostas a essas perguntas, traçou-se como objetivo geral deste trabalho reconhecer a importância dos princípios da Teoria do Apego para o desenvolvimento de bebês e crianças pequenas na creche; deste objetivo geral, emanam três objetivos específicos, a saber: Conhecer John Bowlby e compreender como surgiu a Teoria do Apego; Identificar os aspectos e princípios fundamentais de sua obra; Apontar sugestões de ações que influenciam positivamente a construção de relações de apego entre professor e criança na creche. Defende-se que as ideias e conceitos apontados pela Teoria do Apego sejam trabalhados desde os cursos de formação inicial de professores, para que esses profissionais estejam preparados para o trabalho com crianças, considerando as especificidades do trabalho com bebês e crianças pequenas, em que os vínculos sejam valorizados. A obra de John Bowlby fornece elementos necessários para se discutir o papel e a importância do apego no desenvolvimento da criança, além de se possibilitarem meios para que relações de apego seguro sejam firmadas entre professor e criança no decorrer das atividades diárias.

Palavras-chave: Teoria do Apego. John Bowlby. Vínculo. Creche. Professor. Bebês. Crianças pequenas.

The Theory of Attachment in daycare: a look at the role of bonds in the development of babies and youth children

ABSTRACT

There are several issues that impact the development and work with babies and young children in daycare, among these, it is noted that the attachment between child-teacher should be thought, because it is an essential element for child's development. As John's Bowlby Theory of Attachment points out, human beings are born with the need to form bonds with other people and the quality and consistency of those bonds impact child's development, bringing consequences until adulthood. Given the attachment needs of the baby and small child, advocated that the center care should reflect on the bonds between teacher and child within the institution, therefore a work that respects children and their specificities of the work in the daycare goes through this theme. Therefore, this research, which is linked to the Graduate Program in Education (PPGE) of Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho, campus of Presidente Prudente, in the research line of "Formative process, childhood and youth" presents the following research problem: What are the contributions of the Theory of Attachment to babies and youth children's education in daycare? How day-to-day care can enable the construction of attachment relationship between teacher and children? In order to bring answers to these questions, it was outlined as the general objective of this paperwork to recognize the importance of the principles of attachment's theory to babies and youth children's development in daycare, this general goal emanated three specific objectives, namely: to know John Bowlby and to understand how the Theory of Attachment arose; identify the fundamental aspects and principles of his work; point out suggestions of actions that affects positively the construction of attachment relationship between teacher and kid in nursery. It is advocated that the ideas and concepts pointed out by Theory of Attachment should be worked, since the initial teacher training courses, so that those professionals are prepared to work with kids in, considering the specificities of working with babies and youth children, in which bonds are valued. John Bowlby's work provides necessary elements to discuss the role and importance of attachment in children's development, in addition to providing ways for safe attachment relationships to be established between teacher and child in the course of daily activities.

Keywords: Theory of attachment. John Bowlby. Bond. Daycare. Teacher. Babies. Youth Children

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

GEPPI – Grupo de Estudos e Pesquisa sobre a Primeira Infância

IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

OMS – Organização Mundial da Saúde

PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação

RCNEI – Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
SEÇÃO I – JOHN BOWLBY E A TEORIA DO APEGO: ANTECEDENTES E INFLUÊNCIAS HISTÓRICAS E PESSOAIS	17
<i>1.1 John Bowlby: uma vida dedicada à Teoria do Apego</i>	17
<i>1.2 Apego e vínculo: similaridades e diferenças</i>	26
SEÇÃO II – A TEORIA DO APEGO: IDEIAS E CONCEITOS FUNDAMENTAIS	31
SEÇÃO III – CONSOLIDAÇÃO E FORTALECIMENTO DO APEGO NO DIA A DIA DA CRECHE	51
<i>3.1 A creche no Brasil: um olhar para o passado para compreender o presente</i>	52
<i>3.2 Um olhar para os documentos oficiais brasileiros sobre a creche: o que dizem acerca de sua finalidade?</i>	58
<i>3.3 Consolidando e fortalecendo o apego no interior das creches</i>	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS	84

INTRODUÇÃO

Pensar sobre o desenvolvimento de bebês e crianças pequenas na creche envolve diversas questões, visto que a faixa etária que é atendida pela creche é tida como um momento ímpar para o desenvolvimento. A respeito desses anos, Bowlby (2006, p. 37) afirma que “sabemos que os primeiros anos de um bebê, quando, sem que ele o saiba, os alicerces de sua personalidade são assentados, constituem um período crítico de seu desenvolvimento”.

Os três primeiros anos de vida são fundamentais para o pleno e saudável desenvolvimento da pessoa, pois entende-se que as primeiras experiências do bebê corroboram a formação de sua arquitetura cerebral. Além disso, sabe-se que a qualidade das primeiras relações afeta o processo de desenvolvimento do cérebro (GONZALEZ-MENA; EYER, 2014).

Possibilitar à criança um desenvolvimento que respeite suas individualidades e necessidades requer conhecer os tópicos que influenciam o seu neurodesenvolvimento. Para Vilachan-Lyra, Queiroz, Moura e Gil (2018, p. 16) o neurodesenvolvimento pode ser caracterizado como:

[...] um processo dinâmico de amadurecimento e transformação do cérebro. Ocorre ao longo da vida, principalmente na infância e adolescência.

O desenvolvimento do nosso cérebro é um processo contínuo, que tem na primeira infância um período fundamental e decisivo.

Para que ocorra de modo saudável, é fundamental um ambiente socioafetivo acolhedor e amoroso, na família, no ambiente escolar, e a oferta de experiências desafiadoras e promotoras de desenvolvimento.

O valor atribuído às relações estabelecidas no decorrer da infância influenciam diretamente o desenvolvimento cerebral da criança, e diversas dificuldades enfrentadas na adolescência e fase adulta originam-se nas características dessas primeiras relações, pois:

[...] é nos primeiros anos de vida que se estruturam os padrões das futuras relações pais-filhos. Os problemas dos adolescentes muitas vezes são apenas ecos de conflitos que começaram nestes primeiros anos. Os problemas que se mostram aos treze anos podem ser trabalhados rápida e eficazmente aos três anos (BOWLBY, 2020, p. 98).

Não se pode negligenciar que existe uma forte relação entre a qualidade dos vínculos estabelecidos e o desenvolvimento cerebral. Isso porque, quando a criança vivencia relações positivas, hormônios denominados neurotransmissores são secretados; tais hormônios induzem a uma sensação de bem-estar, por isso há uma relação dinâmica entre as particularidades dessas relações e o desenvolvimento cerebral do indivíduo (GONZALEZ-MENA; EYER, 2014).

Considerando que a vinculação estabelecida na infância entre adultos e crianças é essencial para o desenvolvimento da criança, faz-se necessário refletir sobre esses temas e problematizar como a creche pode garantir que vínculos sejam consolidados no interior da instituição entre professor e criança, visto que cada vez mais e mais cedo as crianças estão sendo matriculadas nas creches.

Para ponderar sobre a qualidade das relações e, conseqüentemente, do trabalho da creche, é preciso examinar o que Corrêa (2003) e Sá-Chaves (2011) apontam.

Segundo Corrêa (2003, p. 87) “[...] ‘qualidade’ não se traduz em um conceito único, universal e absoluto, de tal modo que diferentes setores da sociedade e diferentes políticas educacionais podem tomá-lo de modo absolutamente diverso”.

Em Sá-Chaves (2011, p.20), têm-se que:

[...] o conceito de qualidade é como tantos outros uma construção social, pelo que a sua matriz se explica na cultura, razão pela qual tantas vezes algo que para uns se apresenta com elevado nível de qualidade face aos padrões usados como referente, para outros e pelas mesmas razões, apresenta um baixo nível de qualidade, já que as referências são outras.

Por ser esse conceito tão abstrato como aponta as autoras acima, ao longo deste trabalho, ao referir-se às relações firmadas na creche entre professor e criança como um atributo da qualidade do trabalho com bebês e crianças pequenas, não se tem a intenção de dizer que esse é o único ou mais importante fator, visto que o trabalho na creche envolve diversos temas, pois trata-se de algo complexo, que deve ser visto de vários ângulos, porém não se deve ignorar que os vínculos entre adultos e crianças referem-se a aspectos importantes do desenvolvimento da criança, como apontado acima. Portanto, é importante que os profissionais que atuem com bebês e crianças pequenas considere-no.

Barbosa (2010, p. 2-3), ao falar da creche, aponta que:

[...] esse estabelecimento educacional tem como foco a criança e como opção pedagógica ofertar uma experiência de infância intensa e qualificada. Torna-se, assim, um espaço de vida coletiva onde, diferentemente do ambiente doméstico, os bebês convivam com um grupo de crianças pequenas. Nesse lugar, junto com seus amigos e amigas, sob a coordenação de adultos especializados, as crianças têm a possibilidade de experimentar, aprender e construir relações afetivas.

O docente de creche exerce um papel significativo na vida da criança. Dessa forma, a relação que se estabelece entre professor e criança é muito relevante, pois o professor possui um papel fundamental no desenvolvimento da criança. Villela e Archangelo (2015, p. 100) apontam que:

[...] a influência do professor na vida do aluno é importante para além do objetivo estrito de ensinar ou de proporcionar o desenvolvimento das crianças e dos jovens. Ela envolve a tarefa de integrar as diferentes expectativas que esses trazem às experiências escolares que sejam significativas em seus vários domínios. Especialmente quando o aluno é muito pequeno – mas não exclusivamente nesse período –, a participação do professor nesse processo é enorme.

A Teoria do Apego, formulada por John Bowlby, oferece subsídios para se pensar o papel dos vínculos no processo de desenvolvimento do indivíduo, além de possibilitar meios para a reflexão de ações que podem colaborar para que apegos seguros sejam consolidados. Por meio da obra de Bowlby, é possível refletir sobre a relevância do apego no desenvolvimento humano, além de tratar como as separações, temporárias ou permanentes, afetam a criança.

Ao se estudar mais profundamente, entende-se que Bowlby (1989; 2002; 2006) aponta que o apego é essencial para o desenvolvimento humano; sem isso, o desenvolvimento é comprometido, pois o autor aponta que já nascemos programados a estabelecer vínculos com outras pessoas. Para ele, “[...] a mais provável função do comportamento de ligação é, de longe, a proteção, principalmente contra os predadores” (BOWLBY, 2006, p. 173).

O autor também aponta que:

[...] a forte propensão de uma criança a se apegar à mãe e ao pai, ou a quem quer que esteja cuidando dela, pode ser compreendida como tendo a função de reduzir o risco de que algo de mau lhe aconteça. A melhor política, em termos de segurança, é estarmos próximos ou em fácil comunicação com alguém que possa nos proteger (BOWLBY, 1989, p. 85).

O apego é uma base de segurança para o bebê. Quando a figura de apego está presente, a criança tem mais segurança para explorar o ambiente, pois entende que ali existe alguém que se importa com ela.

[...] seres humanos de todas as idades são mais felizes e mais capazes de desenvolver melhor seus talentos quanto estão seguros de que, por trás deles, existem uma ou mais pessoas que virão em sua ajuda caso surjam dificuldades (RODRIGUES; CHALHUB, 2009, p. 4).

Pensando no âmbito da creche, o apego não pode ser negligenciado, pois a criança precisa encontrar naquele ambiente, em que permanece por várias horas do seu dia e que tem como objetivo garantir-lhe um desenvolvimento integral, alguém a quem se apegar, que lhe fornecerá segurança e confiança para explorar e para que possa se desenvolver de forma plena e saudável. De acordo com Gonzalez-Mena, (2015, p. 242), pensar o apego na educação infantil é necessário, pois:

Nos níveis mais altos da educação, ninguém se preocupa se os alunos se apegam ao professor. É claro, ajuda se os alunos gostarem do professor, mas o desenvolvimento de uma ligação íntima não é necessariamente um pré-requisito para a aprendizagem. No entanto, na educação infantil é diferente, porque o apego é uma parte vital da atmosfera de aprendizagem. As crianças pequenas sentem-se seguras quando estão apegadas, portanto, têm mais liberdade para aprender. Além disso, quando os adultos e as crianças desenvolvem apego, eles se compreendem melhor; os adultos podem ser professores mais efetivos, e o processo de ensino-aprendizagem é mais aprimorado.

Diante disso, após leituras acerca do papel do apego no desenvolvimento da criança e de estudos da Teoria do Apego de John Bowlby (1989; 2002; 2006; 2020), surge o problema o qual essa pesquisa, de cunho bibliográfico, propõe-se a responder: Quais as contribuições da Teoria do Apego para educação de bebês e crianças pequenas na creche? Como as ações do dia a dia da creche podem possibilitar a construção de relações de apego entre professor e crianças?

Diante desse problema, o objetivo geral da pesquisa é: Reconhecer a importância dos princípios da Teoria do Apego para o desenvolvimento de bebês e crianças pequenas na creche.

Desse objetivo geral, emanam três objetivos específicos, a saber:

- Conhecer John Bowlby e compreender como surgiu a Teoria do Apego;
- Identificar os aspectos e princípios fundamentais da obra de John Bowlby;

- Apontar sugestões de ações que influenciam positivamente a construção de relações de apego entre professor e criança na creche.

Este trabalho encontra-se organizado em três seções. A primeira seção tem como objetivo principal apresentar John Bowlby ao leitor, contextualizar e fundamentar a Teoria do Apego. Por se tratar de um autor pouco explorado na área da educação, essa contextualização faz-se necessária para que haja um maior entendimento de suas ideias.

A segunda seção tem por finalidade discutir, de maneira mais ampliada, os princípios e ideias da obra de John Bowlby. Nessa seção, discutem-se as principais ideias que influenciaram a construção e a consolidação do apego na obra Bowlbiniana, por se tratar de uma teoria extremamente rica e complexa; o objetivo da seção não é explorá-la em todos os seus aspectos, mas sim refletir acerca de seus conceitos principais. A Teoria do Apego conta com diversos autores que, após John Bowlby, deram continuidade nos estudos da vinculação humana; é importante esclarecer que, neste trabalho, são discutidas somente as ideias de Bowlby.

Na última seção, apresentam-se sugestões de ações que influenciam positivamente a construção de relações de apego entre professores e crianças na creche, fundamentando-se nos aspectos trabalhados na seção anterior e nas ideias apresentadas por Janet Gonzalez-Mena e Dianne Widmeyer Eyer em seu livro “O cuidado com bebês e crianças pequenas na creche: um currículo de educação e cuidados baseado em relações qualificadas”. Apresentam-se seis sugestões de ações a serem incorporadas no dia a dia da creche. As duas primeiras estão focadas na tríade professor-criança-família, por entender que, para que professor e criança estabeleçam uma relação de apego segura, é essencial que este estabeleça uma relação de confiança com a família. As outras sugestões focam a relação professor-criança.

Nesta seção, também há uma discussão do histórico da creche no Brasil e sobre o que apontam os documentos oficiais acerca dessa instituição. Entende-se que essa discussão é necessária para que as ações apontadas não sejam pensadas como uma utopia, sem considerar as conquistas da educação dos bebês e de crianças pequenas e o que os documentos oficiais apontam como fundamental a essa instituição.

Por fim, há as considerações finais, em que se recapitulam os objetivos da pesquisa, demonstrando suas conclusões.

SEÇÃO I

JOHN BOWLBY E A TEORIA DO APEGO: ANTECEDENTES E INFLUÊNCIAS HISTÓRICAS E PESSOAIS

Conhecer um pouco acerca da vida de um autor a ser estudado e o contexto histórico do surgimento de sua teoria é imprescindível para a compreensão dos conceitos e das ideias propostas, pois, tendo conhecimento do lugar de sua fala, do momento histórico que antecedeu e procedeu seus estudos, fica mais claro o entendimento de suas ideias. Tendo isso em mente, esta seção tem como objetivos apresentar John Bowlby ao leitor e contextualizar o surgimento da Teoria do Apego, demonstrando sua importância para os estudos acerca dos vínculos na infância. O intuito, ao apresentar John Bowlby, não é realizar uma biografia extensa e completa; trata-se apenas de uma contextualização para o leitor, visto que não se trata de um autor amplamente conhecido e estudado na área da educação.

A vida de Bowlby foi dedicada a estudar o papel dos vínculos durante a infância e os prejuízos no desenvolvimento causados pelas perdas e separações, por isso sua vida funde-se à Teoria do Apego em diversos momentos. Sendo assim, esta seção não separará a biografia de John Bowlby do histórico de sua obra, mas unirá esses pontos para melhor compreensão.

Esta seção encontra-se dividida em dois momentos. No primeiro momento, há uma contextualização histórica da vida de John Bowlby e do surgimento da Teoria do Apego, e, no segundo momento, faz-se uma rápida discussão acerca da utilização dos termos apego e vínculo. Espera-se, com esta seção, que o leitor conheça John Bowlby e os princípios, ideias e teorias que nortearam e influenciaram seus estudos.

1.1 John Bowlby: uma vida dedicada à Teoria do Apego

John Bowlby foi um Psiquiatra e Psicanalista inglês, nasceu em 1907 e faleceu em 1990. Advém de uma família abastada, foi criado por babás e, aos sete anos de idade, foi enviado a um colégio interno, por isso teve pouco contato com sua mãe, que era descrita como uma pessoa distante, preocupada em não mimar seus filhos.

A infância de Bowlby¹ foi repleta de perdas e separações. Aos quatro anos de idade, sua estimada babá deixou o serviço, e a nova babá contratada era tida como uma pessoa fria. Como Bowlby já possuía pouco contato com sua mãe, como descrito acima, essa separação lhe causou grande sofrimento.

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) também causou separações na família de John Bowlby. Isso porque seu pai, cirurgião do exército britânico, esteve na linha de frente durante a guerra. Com isso, Bowlby e seus irmãos recebiam poucas notícias do pai. Também por conta da guerra, como forma de proteger as crianças de possíveis ataques, John Bowlby e seus irmãos foram enviados a um colégio interno.

Sua carreira acadêmica teve início em 1925, quando iniciou seus estudos no *Trinity College Cambridge*. A princípio, dedicou-se aos estudos das ciências naturais e, posteriormente, das ciências morais, tendo sempre um forte interesse pela psicologia do desenvolvimento. Em 1929, começou a estudar medicina na *University College Hospital in London* (ASSIS, 2006).

Nesse mesmo período, Bowlby foi admitido na *British Psychoanalytical Association*, formando-se como analista em 1937, tendo sua primeira análise supervisionada por Melaine Klein.

Entretanto,

[...] a influência de Klein sobre seu trabalho seria paradoxal. Klein proibia Bowlby de conversar com os cuidadores de seus analisandos. Bowlby, porém, interessava-se pela transmissão transgeracional das dificuldades no apego e pelo entendimento de como um problema não resolvido em uma geração surgiria na geração seguinte. Bowlby empenhou-se em mostrar que as experiências reais das crianças, e não somente as fantasias, tinham efeitos significativos em muitos aspectos do desenvolvimento. Ele também desejava apoiar-se nos comportamentos como indicadores de representações internas, tanto da criança, quanto da mãe. A Escola Húngara teria, assim, grande influência para o trabalho de Bowlby, principalmente os textos de Ferenczi, Benedek e Hermann, uma vez que essa escola enfatizava a importância do laço entre o objeto primário e a mãe. Outras influências importantes em sua obra foram os trabalhos de Spitz e de Fairbairn e Suttie. Bowlby preocupava-se, sempre, que suas teorias psicanalíticas fossem consistentes com os achados científicos de outras áreas vizinhas, sendo muito interessado no estudo de etologia e evolução humana (ASSIS, 2006, p. 4).

¹ John Bowlby: biografia (e a base de sua teoria do apego). Disponível em: <https://maestrovirtuale.com/john-bowlby-biografia-e-a-base-de-sua-teoria-do-apego/>. Acesso em 28 mar. 2020.

Após a Segunda Guerra Mundial, quando já atuava como diretor médico da Clínica *Tavistock*, em Londres, James Robertson uniu-se a Bowlby em uma investigação sistemática acerca dos “[...] problemas dos efeitos da separação da mãe nos primeiros anos infância sobre o desenvolvimento da personalidade” (BOWLBY, 2002, p. XI). Com essa investigação, Bowlby e Robertson concluíram que:

[...] a perda da figura materna, quer por si mesma, quer em combinação com outras variáveis a serem ainda identificadas, pode gerar respostas e processos que se revestem do maior interesse para a psicopatologia. Não apenas isso; concluímos também que essas respostas e processos são mesmos que se sabe estarem ativos em indivíduos mais velhos ainda perturbados por separações que sofreram nos primeiros anos de vida. Entre essas respostas e esses processos e entre as várias formas de distúrbio estão, por um lado, a tendência para exigências excessivas no relacionamento com outros e para a ansiedade e a raiva quando tais exigências não são satisfeitas, como se verifica nas personalidades dependentes e histéricas; e, por outro lado, um bloqueio na capacidade para estabelecer e manter relações profundas, como se apresenta nas personalidades indiferentes e psicopáticas. (BOWLBY, 2002, p. XII)

Foram as observações de Bowlby com Robertson que deram início à Teoria do Apego, por isso essas observações são fundamentais para a compreensão dos vínculos na infância e dos problemas ocasionados pelas separações e perdas na infância.

Bowlby, em 1950, começou a assessorar a área de saúde mental das crianças sem lar da Organização Mundial da Saúde (OMS), pois, com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a OMS buscava entender melhor os efeitos que as separações causadas pela Guerra gerariam nas crianças. O relatório desse trabalho foi divulgado no ano seguinte, o que gerou mudanças nas práticas e nos cuidados institucionalizados e também nas visitas dos pais às crianças hospitalizadas.

Sobre seu trabalho para a OMS, Bowlby (1989, p. 34) diz que:

[...] fiz uma revisão sobre a evidência, então disponível, considerada de pouca importância, relativa às influências adversas, no desenvolvimento da personalidade, do cuidado materno inadequado durante a primeira infância; chamei a atenção para o desconforto intenso das crianças pequenas, que se acham separadas daqueles que conhecem e amam e fiz recomendações quanto à melhor forma de evitar, ou pelo menos diminuir, os efeitos maléficos a curto e a longo prazo.

Conforme Assis (2006, p. 6),

A partir de 1950, Bowlby deu um fundamento cada vez mais biológico à sua teoria, fruto de seu interesse pela biologia darwiniana e pela etologia.

[...] Bowlby convenceu-se de que entender o sistema de apego à luz da biologia evolucionária era o caminho certo a ser tomado. Suas primeiras teorizações sobre apego baseavam-se, também, nos conhecimentos adquiridos nestas duas áreas. Sua intenção era criar uma teoria psicanalítica sobre relação objetal e motivação em bases firmemente científicas.

Apesar de trazer importantes conclusões acerca do papel e da importância das primeiras relações do bebê com sua mãe, Bowlby encontrou algumas barreiras, pois suas ideias eram contrárias ao que era pregado até a década de 50 do século passado. Isso porque, até então, acreditava-se que os vínculos eram formados e mantidos pelas necessidades de satisfação de alguns impulsos, como a alimentação durante a infância e o sexo na fase adulta; essas ideias foram postuladas por Freud (RAMIRES; SCHNEIDER, 2010). Bowlby, porém, acreditava que os bebês nasciam com a necessidade de formar vínculos, e que isso era o que lhes garantia a sobrevivência.

Conforme Gomes e Melchiori (2012, p. 15, grifo das autoras),

Contraopondo-se à Psicanálise, o fundador da Teoria do Apego defende que, em várias espécies de mamíferos, incluindo os humanos, a busca de proximidade da figura materna e sua preferência, em comparação a outros membros do grupo de origem, seria análoga ao *imprinting* observado em patos e gansos. Dessa perspectiva, o apego caracteriza-se, então, como um termo indicativo de comportamentos inatos que capacitam a criança a buscar, discriminar e manter, de modo ativo, proximidade e contato íntimo com um cuidador.

Sobre essa diferença entre o que se tinha até o momento e o que era apontado por seus estudos, Bowlby diz que:

Naquele tempo, era largamente aceito que a razão pela qual a criança desenvolve um forte laço com sua mãe é o fato de que esta a alimenta. Dois tipos de impulso são postulados, primário e secundário. O alimento é tido como primário; a relação pessoal, referida como “dependência”, como secundário. Essa teoria não me parecia se adaptar aos fatos. Por exemplo, se isso fosse verdade, uma criança de um ano ou dois deveria prontamente aceitar quem quer que a alimentasse e isso, claramente, não era o caso. Uma teoria alternativa, da escola húngara de psicanálise, postulava uma relação objetal primitiva desde o início. Em sua versão mais conhecida, aquela defendida por Melaine Klein, o seio materno é postulado como o primeiro objeto e a maior ênfase é dada ao alimento, à oralidade e à natureza infantil de “dependência”. Nenhum desses dados coincidiam com minha experiência com crianças (BOWLBY, 1989, p. 37).

Conforme Bowlby (2006, p. 168), a grande diferença entre a Psicanálise e a Teoria do Apego (nessa citação denominada de “teoria da ligação”), encontra-se no fato de que:

Embora incorpore muito do pensamento psicanalítico, a teoria da ligação difere da psicanálise tradicional ao adotar um certo número de princípios que derivam das disciplinas relativamente novas da etologia e teoria do controle; assim fazendo, está habilitada a dispensar conceitos tais como os de energia psíquica e impulso, e estabelecer laços com a psicologia cognitiva (BOWLBY, 2006, p. 168).

Em seus estudos, Bowlby percebeu que os seres humanos nascem com a necessidade de estabelecer vínculos com outras pessoas, como já dito anteriormente, e, para ele, essa vinculação não estaria ligada necessariamente ao indivíduo que alimentava esse bebê, mas sim à pessoa que lhe prestava cuidados e pela forma como esse cuidados eram realizados.

Ao dissertar sobre a Teoria do Apego, Pantalena (2010, p. 23) aponta que:

A Teoria do Apego apresenta como características: ser prospectiva, ter enfoque na patogenia e no comum e usar a observação direta. Os dados primários usados por Bowlby são as observações de crianças muito pequenas, perspectiva oposta à da psicanálise, que parte de um sintoma ou informações que remetem à infância, numa visão retrospectiva.

A partir de 1950, Bowlby se aproxima do psicólogo comparativista Harry Harlow. Harlow elaborou um importante estudo com macacos *Rhesus*, no qual observou que os macacos, que foram abruptamente separados de suas mães, apresentavam comportamentos anormais como movimentos estereotipados e sucção obsessiva de partes do corpo, mesmo tendo boa saúde, fato que Bowlby também verificou nas crianças. Dando continuidade a seus estudos, Harlow colocou na gaiola dos macacos modelos de macacos construídos em arame, que alimentavam os filhotes, e modelos de macacos em pelúcia, que não ofereciam alimento. Com isso, Harlow percebeu que, quando esses macacos, que interagiam somente com a “mãe de arame” e “mãe de pelúcia”, eram colocados em situações reais de interação com outros animais, mostravam-se socialmente inaptos. Também observou que os macacos preferiam a “mãe de pelúcia”, pois, mesmo não oferecendo alimento, encontravam nessa figura aconchego (GOMES; MELCHIORI, 2012).

Outra importante influência para John Bowlby e a Teoria do Apego foram as pesquisas de Renè Spitz. De acordo com Benelli e Sagawa (2000, p. 23),

Em sua pesquisa com bebês, Spitz pretendeu realizar uma investigação experimental e rigorosa, como uma continuidade linear e explícita da teoria freudiana da sexualidade. Spitz quer explicar como se configura o surgimento do psiquismo, ou seja, qual é a origem das relações objetais, sinônimo do objeto libidinal freudiano.

Com seus estudos, Spitz demonstrou a vital importância existente na relação mãe-bebê, trazendo dois importantes conceitos: depressão anaclítica e hospitalismo. A depressão anaclítica refere-se à privação afetiva parcial; já o hospitalismo, à privação afetiva total (PIO, 2007). Tanto a depressão anaclítica quanto o hospitalismo são extremamente nocivos ao desenvolvimento das crianças, trazendo danos, em muitos casos, permanentes na estrutura e no funcionamento psíquico.

Conforme aponta Spitz (1979, p. 249 apud PIO, 2007, s/p), “[...] a depressão analítica e o hospitalismo demonstram que uma grande deficiência nas relações objetais leva a uma parada no desenvolvimento de todos os setores da personalidade”.

As ideias de Renè Spitz eram semelhantes às ideias de Bowlby, pois, assim como Spitz, Bowlby também era enfático ao falar acerca da importância dos vínculos iniciais para o desenvolvimento saudável das crianças.

Acerca de todas essas observações e estudos presentes até o momento, John Bowlby afirma que:

Na medida em que psicólogos e psicanalistas tentaram explicar a existência de vínculos afetivos, quase sempre foram invocadas as razões de alimento e sexo. Assim, na tentativa de explicarem por que uma criança se liga à mãe, teóricos da aprendizagem (Dollard e Miller, 1950; Sears, Maccoby e Levin, 1957) e psicanalistas (Freud, 1938) supuseram, cada um por seu lado, que isso se deve ao fato de a mãe *alimentar* o bebê. Na tentativa de compreenderem por que adultos se ligam uns aos outros, o sexo foi comumente considerado a explicação óbvia e suficiente. Entretanto, quando as provas são minuciosamente examinadas, verifica-se que essas explicações são insuficientes. Atualmente, há provas abundantes de que, não só entre as aves mas também entre os mamíferos, os filhos ligam-se a objetos maternos apesar de não serem alimentados por essa fonte (Harlow e Harlow, 1965; Cairns, 1966), e de que os vínculos afetivos entre adultos não são, de modo algum, necessariamente acompanhados por relações sexuais; ao passo que, inversamente, relações sexuais ocorrem, com frequência, independente de quaisquer vínculos afetivos persistentes (BOWLBY, 2006, p. 98-99, grifo do autor).

A Teoria do Apego foi apresentada formalmente em 1959. Apesar de ter contado com a importante parceria e colaboração de Mary Ainsworth, a autoria da Teoria é atribuída a John Bowlby, pois foi ele quem revolucionou o pensamento científico da época acerca dos vínculos mãe-criança (GOMES; MELCHIORI, 2012).

A Teoria surgiu, então, após observações de Bowlby acerca do cuidado inapropriado na infância, e também por conta da ansiedade e do desconforto que as separações das crianças de seus cuidadores geravam nos pequenos. Quando se debruçou a estudar as consequências do cuidado materno na primeira infância, Bowlby surpreendeu-se com os resultados adversos que a separação da figura materna causam no desenvolvimento da criança. Essa Teoria está profundamente relacionada com os problemas ocasionados pela Segunda Guerra Mundial, porque a comunidade científica queria compreender quais os efeitos no psiquismo infantil das separações causadas pela guerra e a importância dos cuidados maternos (DALBEM; DELL'AGLIO, 2005; GOMES, 2011).

Os estudos de Bowlby encontram-se fundamentados na psicanálise, na biologia evolucionária, na psicologia do desenvolvimento, na teoria dos sistemas de controle, nas ciências cognitivas e na etologia. A ênfase de Bowlby na etologia se dá pela forma como ele entende o apego. Isso porque ele “[...] concebe o vínculo de apego como uma estratégia de adaptação fundamental do *homo sapiens* ao ambiente, isto é, uma necessidade tão primária quanto a satisfação da fome ou da sede” (GOMES; MELCHIORI, 2012, p. 13, grifo das autoras).

De acordo com Ramires e Schneider (2010), a Teoria do Apego possui três fases. A primeira refere-se aos estudos de Bowlby. A segunda fase relaciona-se aos estudos de Mary Ainsworth acerca de suas observações da relação mãe-bebê na Uganda. Já a terceira fase iniciou-se com um movimento para o nível de representação. As principais pensadoras dessa fase são Mary Main, Nancy Kaplan e Jude Cassidy. Essa terceira fase pode:

[...] ser considerado um divisor de águas na pesquisa sobre o apego, essas autoras relatam uma forte correlação entre as representações das mães acerca do seu relacionamento com objetos primários e o comportamento de apego dos seus bebês [...] (RAMIRES; SCHNEIDER, 2010, p. 27).

Entretanto, é importante esclarecer que, apesar dessa divisão das fases da Teoria do Apego, essa pesquisa focará apenas a primeira fase da Teoria, utilizando-se das ideias da John Bowlby acerca da temática.

Gurgel (2011, p. 7), ao dissertar sobre os impactos da Teoria do Apego de John Bowlby, afirma que esta “[...] fez surgir uma nova maneira de se pensar o vínculo mãe-bebê e os efeitos que a separação precoce causa no desenvolvimento humano”. Bowlby e seus estudos trouxeram grandes mudanças para o pensamento da época; ele procurou utilizar, em suas pesquisas, um rigor científico que não estava presente na psicanálise (GOMES; MELCHIORI, 2012).

Gomes (2011, p. 20) apresenta uma boa síntese acerca da Teoria do Apego. A autora aponta que:

[...] a ideia básica sublinhada por Bowlby consiste no fato de que crianças precisam de uma mãe amorosa – que pode ser uma mãe substituta – para se transformarem em adultos emocionalmente saudáveis. Nesse contexto, experiências de perda, luto e separação, mesmo separações pequenas, na primeira infância, podem ser prejudiciais para o processo desenvolvimental da criança.

Assim, a Teoria do Apego de John Bowlby compreende que, sem um adulto com o qual a criança possa estabelecer uma relação de apego, seu desenvolvimento estará prejudicado, pois é essencial para o desenvolvimento infantil sentir-se seguro, amado e protegido, pois, sem esses sentimentos, o desenvolvimento será comprometido. Bowlby (2006, p. 153) aponta que “[...] uma autoconfiança bem alicerçada desenvolve-se paralelamente à confiança num dos pais, o qual proporcionará à criança uma base segura a partir da qual ela realizará suas explorações”.

As ideias da Teoria do Apego de Bowlby, por unir-se a outras importantes áreas, como a etologia:

[...] representaram o ponto de partida para o desenvolvimento de uma nova teoria da motivação humana, que integra aspectos da biologia moderna e inclui afeto, cognição, sistemas de controle e de memória, além dos aspectos envolvidos no desenvolvimento, sustentação e provimento dos laços de apego (DALBEM; DELL’AGLIO, 2005, p.2).

Além disso, a Teoria tornou-se importante porque:

[...] desencadeia, com o próprio Bowlby e colaboradores, e posteriormente também com outros pesquisadores, um enorme investimento na pesquisa sobre as relações primárias e sobre o bebê. Em decorrência disso, tem-se hoje um quadro extremamente extenso e minuciosamente comprovado sobre as competências sociais do recém-nascido, suas pré-adaptações para a vinculação, o desenvolvimento do vínculo em diferentes contextos, as consequências da ausência de vinculação e inúmeros outros aspectos relacionados ao conceito de apego (CARVALHO; POLITANO; FRANCO, 2008, p. 235).

Foi graças aos estudos de Bowlby que se descobriu que:

Para desenvolver-se normalmente, a criança precisaria ter durante os primeiros anos de vida uma relação afetiva contínua e íntima com sua mãe ou mãe substituta permanente. A ênfase foi colocada na *continuidade* dessa com *uma* pessoa, sugerindo, como corolário, que deveria ser evitado o cuidado materno partilhado ou múltiplo para crianças menos de três anos.

[...] acrescentou que essa relação íntima, afetiva e contínua com a mãe, em que ambas encontrem satisfação, é imprescindível para a saúde mental do indivíduo. Segundo ele, várias formas de neuroses e desordens de caráter, sobretudo psicopatias, podem ser atribuídos seja à privação do cuidado materno, seja à descontinuidade na relação da criança com uma figura materna durante os primeiros anos de vida (ROSSETTI-FERREIRA, 1984, p. 4, grifos da autora).

A Teoria do Apego é relevante não somente para os estudos da Psicologia, sua área de origem, mas também para a área da Educação, apesar de ser pouco explorada e conhecida nessa área. Ao se ter conhecimento acerca da Teoria e observar as relações que são estabelecidas da creche, nota-se o quanto compreender a Teoria é válido para auxiliar nas relações que ali são estabelecidas. Conforme aponta Pantalena (2010, p. 24), “conhecer o comportamento de uma criança e entendê-lo dá meios ao educador para avaliar e construir novas práticas”. Se o educador desconhece os aspectos fundamentais do desenvolvimento, e os vínculos fazem parte desses aspectos fundamentais, não poderá possibilitar ao bebê e à criança pequena na creche um desenvolvimento pleno e saudável, desconhecendo as especificidades da faixa etária que educa.

A Teoria do Apego, como já apontado, inaugurou uma nova forma de se pensar a vinculação humana e suas implicações no desenvolvimento. Bowlby (2006, p. 168) faz uma importante síntese de sua teoria. O autor aponta que:

O que, por uma questão de conveniência, designo como teoria da ligação, é um modo de conceituar a propensão dos seres humanos a estabelecerem fortes vínculos afetivos com alguns outros, e de explicar as múltiplas formas de consternação emocional e perturbação da personalidade, incluindo ansiedade, raiva, depressão e desligamento emocional, a que a separação e a perda involuntária dão origem (BOWLBY, 2006, p. 168).

Conhecer todos esses aspectos, pessoais, históricos e conceituais, que influenciaram Bowlby em seus estudos possibilitará que os conceitos e as ideias fundamentais da Teoria do Apego, que são abordados na próxima seção, sejam melhor compreendidos.

1.2 Apego e vínculo: similaridades e diferenças

Antes de finalizar esta seção, uma importante discussão se faz necessária para que se possa seguir na leitura, pois, ao se falar em Teoria do Apego, uma grande questão surge: as similaridades e diferenças entre apego e vínculo. Podem esses dois termos serem considerados sinônimos ou trata-se de ideias divergentes?

Não existe um consenso entre os pesquisadores da área acerca dessa questão, e sobre a palavra correta a ser utilizada, se apego ou vínculo. Isso porque alguns autores entendem que apego e vínculo/vínculos afetivos podem ser caracterizados como sinônimos, e até mesmo denominam a Teoria do Apego como Teoria da Vinculação. Ramires e Schineider (2010, p. 27, grifo nosso) afirmam que “*Apego, diferentemente de comportamento de apego, é um tipo de vínculo afetivo.*” Na sequência as autoras afirmam que:

[...] o conceito de *apego* diz respeito a uma subvariedade de vínculo afetivo, no qual o senso de segurança de alguém está estreitamente ligado ao relacionamento. Os vínculos afetivos e os apegos são estados ou representações internas e sua existência pode ser observada através dos *comportamentos de apego* (RAMIRES; SCHNEIDER, 2010, p. 27, grifo das autoras).

No entendimento das autoras, o apego é uma subvariedade do vínculo afetivo, sendo que o que diferencia o apego do vínculo afetivo é que, no apego, o senso de segurança está intimamente ligado à relação, pois, quando o apego está presente na relação, a presença do outro proporciona segurança, algo que não acontece nos vínculos afetivos.

Porém, nem todos os autores possuem esse mesmo pensamento. Essa divergência acontece pois, para muitos, houve um equívoco na tradução do termo utilizado por Bowlby no inglês – *attachment* – para o português. Muitos estudiosos da Teoria do Apego acreditam que o termo *attachment* seria melhor traduzido para o português como vínculo, e não como apego². Ainda sobre esse equívoco de tradução e sinônimo de vínculo e apego, Carvalho, Politano e Franco (2008, p. 235) afirmam que:

Bowlby (2002, 2004ab) concebe o vínculo afetivo mãe-filho (ou adulto cuidador-criança), denominado por ele de *attachment* (apego, na tradução para o português), como uma adaptação fundamental da espécie humana, uma necessidade tão primária quanto a satisfação da fome ou sede (CARVALHO; POLITANO; FRANCO, 2008, p. 235, grifo das autoras).

Fica claro que, para as autoras citadas acima, vínculo e apego são sinônimos, porém a tradução para o português optou pela utilização do termo apego. Essa ambiguidade na tradução pode ser percebida nos próprios livros de Bowlby traduzidos para o português, o leitor pode notar que, nas citações realizadas acima da obra de John Bowlby de 2006, utiliza-se o termo “teoria da ligação”. Nota-se, portanto, que o tradutor da obra optou por referir-se à Teoria do Apego como Teoria da Ligação, demonstrando a ambiguidade nas traduções.

Por reconhecer o apego como uma subvariedade do vínculo afetivo e por assentir os equívocos de tradução, é importante esclarecer que, neste trabalho, apego e vínculo serão tomados como sinônimos, podendo, em alguns trechos, ser utilizada a palavra apego e, em outros, a palavra vínculo, por entender que isso não causa nenhuma perda das ideias de John Bowlby e por reconhecer que ambas as palavras empregam de maneira correta o que é expresso pela Teoria do Apego.

Diante do exposto até o momento, a fim de enriquecer esta pesquisa, evitar repetições e buscando embasamento para ela, torna-se pertinente explorar os trabalhos que se embasaram na Teoria do Apego. Para conhecer o que já havia sido produzido, utilizou-se da estratégia “teoria do apego” AND bowlby AND creche. A pesquisa foi realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)

² Em seu curso online “Teoria do Apego”, disponibilizado pelo Instituto Aripe em 2019, o psicólogo Alexandre Coimbra Amaral afirma que houve um equívoco na tradução do termo *Attachment* para o português, sendo o termo melhor compreendido como vínculo.

do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), em dezembro de 2019. Essa busca trouxe três resultados, que são apresentados no quadro a seguir:

Tabela 1 – Teoria do Apego na produção científica

Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)					
Título	Autora	Universidade	Programa	Tipo	Ano
Separações mãe-bebê: diversos sentidos na construção de uma relação	Marisa Vasconcelos Ferreira	Universidade de São Paulo	Programa de Pós-Graduação em Psicologia	Dissertação	2000
O ingresso da criança na creche e os vínculos iniciais	Eliane Sukerth Pantalena	Universidade de São Paulo	Programa de Pós-Graduação em Educação	Dissertação	2010
A relação mãe-bebê e a adaptação a um berçário: suas influências mútuas	Karina Machado Rocha Gurgel	Universidade de Brasília	Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura	Dissertação	2011

Fonte: Elaboração própria, 2020.

A leitura na íntegra das dissertações relevou uma ausência de materiais que pensem a Teoria do Apego no dia a dia da creche, pois, apesar de trazerem em seu conteúdo válidas interpretações sobre vínculos, apenas a dissertação de Eliane Sukerth Pantalena traz algumas reflexões relacionadas à Teoria do Apego no dia a dia creche, pensando na vinculação professor-criança e seu papel no processo de *inserimento* da criança na instituição; as demais dissertações focam a relação mãe-bebê.

No trabalho de Marisa Vasconcelos Ferreira, há uma crítica à obra de John Bowlby. Isso porque a autora a interpreta como naturalista e afirma que ela sobrecarrega a mãe da criança, visto que, na interpretação de Ferreira, Bowlby aponta que somente a mãe deve incumbir-se do cuidado da criança.

Na dissertação intitulada “A relação mãe-bebê e a adaptação a um berçário: suas influências mútuas”, a autora se propõe a investigar como o vínculo mãe-bebê influencia no processo de adaptação da criança na creche, e como é influenciado pela entrada do bebê na instituição.

Ao observar os resultados obtidos com o levantamento bibliográfico, nota-se que há uma escassez de pesquisas que tratem do papel do apego no desenvolvimento da criança, articulando com o trabalho da creche. Com base nos resultados obtidos por meio do levantamento bibliográfico, percebe-se que, apesar de reconhecerem a importância dos vínculos, há uma escassez de discussões que tratem da temática na creche e que pensem na qualidade da relação estabelecida entre professor e criança. Outro ponto de interesse encontra-se no fato de que, dos três resultados obtidos, apenas um estava ligado a um programa de Pós-Graduação em Educação, os demais eram da área da Psicologia, demonstrando a escassez de pesquisas que tratem de vínculos professor-criança na educação.

Observa-se, ainda, que é cada vez mais urgente que os professores de creche conheçam as ideias e conceitos defendidos pela Teoria do Apego e as incorporem em seu trabalho diário. Pensar acerca do apego no dia a dia da creche possibilita que bebês e crianças pequenas possuam um desenvolvimento pleno e saudável, em que sejam respeitadas as necessidades e singularidades dessa faixa etária. Além disso, o professor, ao considerar a questão dos vínculos na educação infantil e o seu papel, demonstra compreender as especificidades do trabalho com crianças pequenas e entendimento sobre o desenvolvimento humano.

Com isso, percebe-se que essa pesquisa é relevante pois reflete acerca do papel dos vínculos no desenvolvimento da criança, fundamentado nas ideias da Teoria do Apego de John Bowlby, pensando em ações que consolidam e fortalecem o vínculo professor-criança na creche. Isso porque:

Hoje sabemos o quão vitais são as necessidades de apego. Sabemos, também, que os bebês precisam de interações contínuas, recíprocas e positivamente reativas quando ficam fora de casa por longos períodos de tempo durante o dia (GONZALEZ-MENA; EYER, 2014, p. 104).

Esclarecidos esses pontos, na próxima seção, discute-se, de forma mais ampliada, os principais conceitos e ideias trazidos por Bowlby na Teoria do Apego, pensando nos conceitos que implicam diretamente o desenvolvimento dos vínculos na infância e que, quando desconhecidos, podem causar prejuízos no desenvolvimento dos bebês e crianças pequenas que estão na creche.

Depreende-se que os conceitos trabalhados na próxima seção devem ser explorados nos cursos de formação de professores, para que estes estejam aptos a

acolher e responder às necessidades das crianças, de forma a possibilitar a elas um desenvolvimento pleno e saudável.

SEÇÃO II

A TEORIA DO APEGO: IDEIAS E CONCEITOS FUNDAMENTAIS

O contexto histórico e pessoal certamente influenciou John Bowlby a estudar como se dá a vinculação entre mãe e bebê e os efeitos da separação para o desenvolvimento da criança, porém é importante ter claro que sua teoria pode ser usada não apenas para estudar essa vinculação inicial entre mãe e filho, mas também para se pensar todas as relações vivenciadas no decorrer da vida.

Como apontado na seção anterior, o objetivo não é trabalhar todos os aspectos da Teoria do Apego, pois trata-se de uma Teoria extensa e profunda. O objetivo aqui é estudar os pontos fundamentais para o desenvolvimento saudável dos bebês e crianças pequenas na creche, e que deveriam ser adotados no dia a dia da creche.

Para dar início a essa discussão acerca dos pontos fundamentais da Teoria do Apego, faz-se necessário conhecer o que John Bowlby aponta como apego. Ele conceitua o apego “[...] como uma forma fundamental de comportamento, com sua própria motivação interna distinta da alimentação e do sexo, e de igual importância para a sobrevivência” (BOWLBY, 1989, p. 39). O autor ainda aponta que:

[...] não sentimos amor e nem pesar por um ser humano *qualquer*, mas apenas por um ou alguns seres humanos em particular. O núcleo daquilo que eu chamo de “vínculo afetivo” é a atração de que um *indivíduo* sente por um outro *indivíduo* (BOWLBY, 2006, p.95-96, grifo do autor).

O apego é essencial para sobrevivência e desenvolvimento humano, pode ser considerado como uma força inata, pois os seres humanos nascem com a necessidade de estabelecer vínculos com outras pessoas, visto que os bebês humanos nascem dependentes dos cuidados de outras pessoas. Os vínculos entre mãe e filho começam a se formar ainda no período gestacional e duram toda a vida.

A teoria do apego considera a propensão para estabelecer laços emocionais íntimos com indivíduos especiais como sendo um comportamento básico da natureza humana, já presente no neonato em forma germinal e que continua na vida adulta e na velhice. Durante a primeira infância, os laços são estabelecidos com os pais (ou pais substitutos), que são procurados para proteção, conforto e suporte. Durante a adolescência saudável e a vida adulta esses laços persistem, sendo, no entanto, complementados por novos laços, comumente de natureza heterossexual. Embora alimento e sexo tenham, às vezes, papéis importantes nas relações de apego, a relação de apego existe por si só e tem função primordial de sobrevivência – proteção (BOWLBY, 1989, p. 118).

Bowlby (2002) afirma que o desenvolvimento do apego possui fases, entretanto, é válido esclarecer que:

Quando nasce, um bebê está muito longe de ser uma *tabula rasa*. Pelo contrário, não só ele está equipado com um certo número de sistemas comportamentais prontos para serem ativados como cada sistema já está predisposto a ser ativado por estímulos que se enquadram em uma vasta gama, a ser finalizado por estímulos que se incluem numa outra e igualmente vasta gama, e a ser fortalecido ou enfraquecido por estímulos de ainda outros tipos (BOWLBY, 2002, p. 329, grifo do autor).

Essas fases não são fases fechadas e não apresentam claras fronteiras entre elas. As quatro fases são denominadas por Bowlby (2002) como:

- Fase 1: orientação e sinais com discriminação limitada da figura;
- Fase 2: orientação e sinais dirigidos para uma figura discriminada (ou mais de uma);
- Fase 3: manutenção da proximidade com uma figura discriminada por meio de locomoção ou de sinais;
- Fase 4: formação de uma parceria corrigida para a meta.

Na fase 1, o bebê apresenta comportamentos específicos em relação às pessoas, porém sua capacidade para identificar uma pessoa está estreitamente limitada aos estímulos auditivos e olfativos. Essa fase dura do nascimento até por volta das 8-12 semanas de vida do bebê.

O modo como um bebê se comporta em relação a qualquer pessoa ao seu redor inclui a orientação para essa pessoa, movimentos oculares de acompanhamento, estender o braço e agarrar, sorrir e balbuciar. Com frequência, um bebê deixa de chorar ao ouvir uma voz ou ver um rosto. Cada um desses tipos de comportamento infantil, na medida em que influencia o comportamento de quem lhe faz companhia, pode aumentar o tempo em que um bebê se mantém próximo a essa pessoa (BOWLBY, 2002, p. 330-331).

Na segunda fase, o bebê já começa a apresentar certa preferência pela mãe. Isso porque, assim como na primeira fase, o bebê se comporta de modo amistoso em relação às pessoas, mas com a mãe essa amistosidade é mais acentuada. Geralmente essa fase vai até o sexto mês de vida do bebê.

Na fase três, as preferências do bebê ficam mais evidentes, e agora o bebê passa a seguir a mãe quando ela se afasta e a demonstrar grande alegria quando

esta regressa. Também nessa fase, o bebê começa a utilizar a mãe como uma base segura para suas explorações. Unindo-se a isso, o bebê passa a expressar menos respostas amistosas, pois suas experiências estão mais nítidas. Nessa fase, o bebê elege suas figuras de apego subsidiárias e começa a tratar os desconhecidos com cautela. A terceira fase tem início por volta do 6º mês e estende-se por todo o segundo e até parte do terceiro ano de vida da criança.

Sobre essa fase, Bowlby (2002, p. 331) aponta que:

Durante esta fase, alguns dos sistemas mediadores do comportamento de um bebê em relação à mãe tornam-se organizados em termos de correção para a meta, e torna-se então evidente o apego do bebê à figura materna.

Na quarta fase, a criança e a mãe desenvolvem uma relação de parceria. Isso porque a criança apresenta uma visão de mundo mais refinada do que nas fases anteriores, e o seu comportamento é mais flexível. Bowlby (2002, p. 332) afirma que:

[...] pode-se afirmar que a criança passa a adquirir um discernimento intuitivo sobre os sentimentos e motivos da mãe. Uma vez atingido este ponto, estão lançadas as bases para o par desenvolver um relacionamento mútuo muito mais complexo, ao qual dou o nome de parceria.

O papel do apego é de proteção da espécie, pois o apego faz com que o sujeito busque a presença de alguém que transmita segurança, por isso, quando os seres humanos se sentem ameaçados de alguma forma, buscam a proteção e a segurança proporcionada pela sua figura de apego.

É essencial para seu desenvolvimento que a criança tenha uma figura de apego, alguém que lhe transmita essa segurança e que deve estar atento às suas necessidades físicas e emocionais. Os cuidadores da criança, em casa ou na creche, precisam assumir esse papel de figura de apego. Bowlby (2006, p.175) afirma que:

O comportamento dos pais, e de qualquer pessoa que se incumba do papel de cuidar da criança, é complementar do comportamento de ligação. A função de quem dispensa esses cuidados consiste em, primeiro, estar disponível e pronto a atender quando solicitado, e, segundo, intervir judiciosamente no caso de a criança ou a pessoa mais idosa de quem se cuida estar prestes a meter-se em apuros. Não só isso constitui um papel básico, como existem provas substanciais de que o modo como é desempenhado pelos pais determina, em grau considerável, se a criança será mentalmente saudável ao crescer (BOWLBY, 2006, p.175).

Para que o adulto seja efetivamente uma figura de apego para criança, precisa estabelecer um vínculo de qualidade com a criança, estar atento às suas necessidades e respeitar suas singularidades. A figura de apego é aquela com quem a criança tem liberdade de se expressar, de expor seus sentimentos, emoções, medos e inseguranças, por isso é importante que não somente na família, mas também na creche a criança encontre essa figura, visto que estará nesse ambiente por muitas horas, e precisa sentir-se acolhida e segura.

A presença da figura de apego, como dito, proporciona à criança segurança. Diante disso, quando essa pessoa se afasta, a criança utiliza-se dos recursos do comportamento de apego para evitar a separação.

O comportamento de apego refere-se a qualquer comportamento utilizado por um indivíduo para manter proximidade com outro. Para Bowlby (2002, p. 224-225),

Na maioria das espécies, os jovens mostram mais de um tipo de comportamento que resulta em proximidade entre eles e a mãe. Por exemplo, o chamado vocal de um jovem atrai a mãe para junto dele, seus movimentos locomotores levam-no para perto dela. Como ambos os tipos de comportamento, assim como outros, têm a mesma consequência, ou seja, a proximidade, é útil contar como um termo geral que abranja a todos; e para esse fim é usado comportamento de apego. Qualquer forma de comportamento juvenil que resulte em proximidade pode, portanto, ser considerada um componente do comportamento de apoio.

São exemplos de comportamento de apego: chorar, engatinhar na direção do cuidador, protestar sua saída, assim, o papel do comportamento de apego é diminuir o risco de a criança se encontrar em perigo (BOWLBY, 1989).

Os comportamentos de apego estão mais presentes na infância, entretanto perduram de alguma forma por toda a vida do indivíduo, modificando o tipo e a intensidade.

Conforme Bowlby (2006, p. 171),

[...] o comportamento de ligação é concebido como qualquer forma de comportamento que resulta em que uma pessoa alcance ou mantenha a proximidade com algum outro indivíduo diferenciado e preferido, o qual é usualmente considerado mais forte e (ou) mais sábio. Embora seja especialmente evidente durante os primeiros anos da infância, sustenta-se que o comportamento de ligação caracteriza os seres humanos do berço à sepultura. Inclui o choro e o chamamento, que suscitam cuidados e desvelos, o seguimento e o apego, e também os vigorosos protestos se uma criança ficar sozinha ou na companhia de estranhos. Com a idade, a frequência e intensidade com que esse comportamento se manifesta diminuem gradativamente. No entanto, todas essas formas de comportamento persistem como parte importante do equipamento comportamental do homem. Nos adultos, elas são especialmente evidentes quando uma pessoa está consternada, doente ou assustada. Os padrões de comportamento de ligação manifestados por um indivíduo dependem, em parte, de sua idade atual, sexo e circunstâncias, e, em parte, das experiências que teve com figuras de ligação nos primeiros anos de sua vida.

Outra importante ideia da Teoria do Apego que se completa aos conceitos de figura de apego e comportamento de apego é a ideia de base segura. A base segura é caracterizada por Bowlby (1989, p. 25) como:

[...] a provisão, por ambos os pais, de uma base segura a partir da qual uma criança ou um adolescente podem explorar o mundo exterior e a ele retornar certos de que serão bem-vindos, nutridos física e emocionalmente, confortados se houver um sofrimento e encorajados se estiverem amedrontados. Essencialmente, estar disponível, pronto para responder quando solicitado, para encorajar e, talvez, dar assistência, porém só intervindo ativamente quando for claramente necessário.

Ter uma base segura é fundamental para a saúde mental dessa criança. A ausência dessa base causa insegurança e medo na criança, pois não encontrará a segurança que necessita para que possa se desenvolver de forma plena e saudável. Os primeiros anos de vida são fundamentais para o desenvolvimento do indivíduo, por isso a importância de um olhar especial para a infância. Bowlby (2006, p. 141) afirma que:

[...] o padrão de relações familiares que uma pessoa experimenta durante a infância se reveste de uma importância tão decisiva para o desenvolvimento de sua personalidade. Visto sob esta luz, o funcionamento da personalidade saudável em toda e qualquer idade reflete, em primeiro lugar, a capacidade do indivíduo para reconhecer figuras adequadas que estão dispostas e aptas a proporcionar-lhe uma base segura, e, em segundo lugar, a sua capacidade para colaborar com essas figuras em relações mutuamente gratificantes.

Percebe-se que as experiências vividas na infância impactam toda a vida do indivíduo, portanto é fundamental para o bom desenvolvimento que as primeiras experiências e os primeiros cuidadores sejam qualificados, que compreendam o papel e a importância que exercem na vida da criança, considerando as individualidades de cada sujeito. No âmbito da creche, que entendam sobre o desenvolvimento infantil e as especificidades da docência na creche, pois esses primeiros cuidadores devem desempenhar o papel de figuras de apego e bases seguras para a criança. Sentir-se querido, amado e seguro é essencial para a vida de qualquer indivíduo; pensando nas crianças, a ausência desses sentimentos causará impactos negativos no desenvolvimento, afetando várias áreas de suas vidas.

Segundo Bowlby (2006, p. 140),

[...] o tipo de experiência que uma pessoa tem, especialmente durante a infância, tem grande influência sobre o fato de ela esperar ou não encontrar mais tarde uma base pessoal segura, e também sobre o grau de competência que possui para iniciar e manter relações mutuamente gratificantes, quando a oportunidade se oferece.

Agora conhecendo a importância que os vínculos iniciais exercem no desenvolvimento infantil, é necessário esclarecer que o sucesso desses vínculos não cabe unicamente ao adulto, pois Bowlby considera a criança o principal elemento dessa relação. Para o autor,

[...] o parceiro que tem o papel mais importante para determinar se a interação se desenvolve de forma feliz ou não é a criança e não a mãe. Algumas crianças nascem difíceis, prossegue a discussão, e as relações adversas da mãe para com ela são esperadas (BOWLBY, 1989, p. 57).

Por isso, quando o vínculo criança-adulto apresenta dificuldades, o problema pode estar não na insuficiência desse adulto em atender e conhecer a criança, mas sim na dificuldade da própria criança. Além disso, há de se pensar na rede de apoio que esse adulto possui para que possa se dedicar ao cuidado da criança; seja na família ou na creche, o adulto precisa sentir-se amparado para que possa desempenhar sua função em relação à criança de forma satisfatória.

Mesmo o apego sendo algo inato aos seres humanos, é importante esclarecer que os vínculos não são estabelecidos de imediato, são parte de uma construção,

como visto nos parágrafos anteriores acerca das fases do desenvolvimento do apego. Sobre isso, Rossetti-Ferreira (1984, p. 7) aponta que:

O apego surge no decorrer do primeiro ano de vida da criança, sobretudo a partir do segundo semestre, permanecendo intenso durante a primeira infância e passando a diminuir ou modificar suas formas de expressão entre três e quatro anos de idade. Daí em diante, os comportamentos de apego tornam-se menos evidentes, tanto quanto à frequência com que ocorrem como quanto à sua intensidade. Entretanto, persistem como parte importante do repertório comportamental do homem, não apenas durante a infância, como também durante a adolescência e idade adulta, quando novas relações de apego se estabelecem.

A fala de Rossetti-Ferreira (1984), apoiada nas ideias de Bowlby (2002), manifesta a idade em que o apego fica mais evidente na primeiríssima infância – três primeiros anos de vida.

É nos três primeiros de vida da criança que a creche atua, tendo a educação infantil como papel, conforme a legislação educacional nacional, proporciona-lhe um desenvolvimento integral (BRASIL, 1996). Por isso a necessidade que professores e gestores da educação infantil tenham conhecimento das ideias da Teoria do Apego e introduzam essas ideias e princípios no dia a dia da creche, para que, de fato, possam proporcionar aos bebês e crianças pequenas de suas instituições um desenvolvimento integral, como aponta a legislação.

É evidente que conhecer a Teoria do Apego não é único requisito necessário para o trabalho com crianças pequenas, muitos outros conhecimentos são necessários, porém é válido esclarecer que a ausência desses conhecimentos impossibilitará, em muitos casos, que, por exemplo, os professores sejam, para os bebês e crianças, pequenas figuras de apego e bases seguras, e que compreendam e acolham os seus comportamentos de apego, pois muitos acreditam que esse é um papel exclusivo da família, desconhecendo que a criança, já a partir da segunda fase do desenvolvimento do apego, passa a eleger suas figuras de apego, e então os professores podem atuar como figuras de apego subsidiárias³.

Este trabalho defende que os cursos de formação de professores trabalhem com seus alunos os aspectos fundamentais da Teoria de Apego para que, quando estiverem nas creches, esses alunos compreendam melhor as necessidades dos bebês e crianças pequenas para que essas tenham um desenvolvimento pleno e

³ A ideia de figura de apego subsidiária é melhor explorada nos parágrafos seguintes.

saudável, pois não como há como adotar as sugestões apresentadas na próxima seção se o docente desconhece o papel dos vínculos no desenvolvimento.

Bowlby concluiu, com seus estudos, que os primeiros anos de vida e que as primeiras relações estabelecidas entre cuidador-criança são essenciais para a estruturação do psiquismo, pois a Teoria do Apego defende que são nos primeiros anos de vida que as crianças definem como irão se relacionar com as outras pessoas ao longo da vida com base nessa primeira relação.

O ponto fundamental de minha tese é que existe uma forte ligação causal entre as experiências de um indivíduo com seus pais e sua capacidade posterior para estabelecer vínculos afetivos, e que certas variações comuns dessa capacidade, manifestando-se em problemas conjugais e em dificuldades com os filhos, assim como nos sintomas neuróticos e distúrbios de personalidade, podem ser atribuídos a certas variações comuns no modo como os pais desempenham seus papéis (BOWLBY, 2006, p. 178).

Bowlby, em seu livro derivado de seu relatório para a OMS, afirma que:

[...] o que se acredita ser essencial à saúde mental é que o bebê e a criança pequena tenham a vivência de uma relação calorosa, íntima e contínua com a mãe (ou mãe substituta permanente – uma pessoa que desempenha, regular e constantemente, o papel de mãe para eles), na qual ambos encontrem satisfação e prazer. É esta relação complexa, rica e compensadora com a mãe, nos primeiros anos, enriquecida de inúmeras maneiras pelas relações com o pai e com os irmãos, que os psiquiatras infantis e muitos outros julgam, atualmente, estar na base do desenvolvimento da personalidade e saúde mental (BOWLBY, 2020, p.3-4).

Assim, se as primeiras relações não são relações de qualidade, nas quais a criança pode experimentar um apego seguro⁴ e/ou se há separações, isso poderá lhe ocasionar diversos problemas, que certamente impactarão seu desenvolvimento. As longas separações durante os primeiros anos de vida deixam marcas profundas na personalidade da criança. Tais crianças podem ser emocionalmente retraídas e isoladas, apresentam dificuldades para estabelecer vínculos afetivos com outras pessoas, tendo amizades superficiais ao longo da vida (BOWLBY, 2020).

Ainda segundo Bowlby (1989), a capacidade de estabelecer laços emocionais com outras pessoas é apontada como elemento do efetivo funcionamento da saúde

⁴ Os tipos de apego, suas características e impactos no desenvolvimento, são aprofundados nos parágrafos seguintes.

mental e da personalidade, e necessita-se de figuras de apego não apenas na infância, mas por toda a vida.

Para que aconteça uma relação de apego entre o bebê e seu cuidador, é necessário que esse adulto ofereça à criança cuidados de qualidade, pois um pressupõe o outro. Se o cuidado é inadequado, criança e cuidador não vivenciarão uma relação de apego seguro, por isso, o sucesso para o desenvolvimento está nos cuidados que são prestados ao bebê. Bowlby (1989, p.17) afirma que “[...] ter um filho e cuidar dele é apostar alto. Mais do que isto – um cuidado bem-sucedido é a chave para a saúde mental da geração seguinte.” Ao cuidar de uma criança, seja no âmbito familiar ou da creche, ao construir com ela uma relação de apego, na qual há segurança e respeito, estaremos garantindo qualidade e saúde para sua infância e vida futura.

Pensar em cuidados de qualidade na creche não se refere a manter a criança limpa e alimentada. É claro que esses aspectos são importantes, porém restringir o trabalho na creche a isso denota uma visão assistencialista ao trabalho com bebês e crianças pequenas, ideia que este trabalho não defende.

Quando se fala em cuidados de qualidade, pensa-se em cuidados que respeitem e conheçam as singularidades do desenvolvimento infantil, que atendam às necessidades das crianças e que estejam fundamentados em conhecimentos pedagógicos. Os cuidados prestados aos bebês e às crianças pequenas na creche devem preocupar-se com aspectos físicos, emocionais, sociais e cognitivos do desenvolvimento da criança.

De acordo com Spada (2007, p. 98),

É inegável que o cuidado, entendido como um conjunto de medidas que garantam a integridade física, psíquica e emocional da criança, faz parte da rotina diária de educadores e demais profissionais que atuam junto às crianças de até três anos na creche. Mas, deve-se refletir sobre a perspectiva de cuidado que norteia as ações desses profissionais. O cuidado pode englobar elementos como: observação das necessidades infantis no tocante à saúde, bem-estar, segurança e proteção; manutenção de um ambiente que favoreça trocas afetivas entre as crianças e entre essas e educadores e demais funcionários que atuem junto a elas; planejamento de um espaço que permita descobertas, que estimule a inteligência e ofereça à criança materiais lúdico-pedagógicos adequados ao seu desenvolvimento. O cuidar, quando atinge tais dimensões, pode contribuir demasiadamente ao desenvolvimento infantil e, inclusive, pôr fim a anos de práticas assistencialistas que primaram por uma ‘educação da conformidade’.

É muito importante que aqueles que prestam cuidados aos bebês, na creche ou na família, estejam emocionalmente saudáveis e preparados para essa tarefa tão valiosa, pois “[...] os seres humanos, desde a infância, são mais sensíveis às atitudes emocionais daqueles que os cercam do que a qualquer outra coisa” (BOWLBY, 2006, p. 32).

Os bebês são extremamente sensíveis à forma como são manipulados, a voz e as expressões do cuidador, por isso, se o adulto não está emocionalmente preparado para esse cuidado com o bebê, certamente a criança irá perceber e sofrerá com isso. Além disso, se não se encontra preparado, o adulto não estará atento às necessidades demonstradas por esse bebê, que passará por estresses desnecessários. Não é apenas cuidar, mas é pensar na qualidade e na eficácia desse cuidado.

Além da compreensão intelectual, que eu não menosprezo, é sobretudo da sensibilidade dos pais para as reações de seu bebê e da capacidade, sobretudo da mãe, para se adaptar intuitivamente às necessidades dele que nasce uma prática eficaz de cuidar das crianças (BOWLBY, 2006, p. 33).

No seio familiar, os vínculos começam a ser construídos durante a gestação, e após o nascimento da criança, passam a ser fortalecidos por meio dos cuidados que são prestados a esse bebê. Na creche, o professor não conta com o período gestacional, tudo é muito mais veloz, visto que o professor precisa, em pouco tempo, cuidar de uma criança que até pouco tempo não conhecia, por isso é importante que não apenas na família os cuidados sejam encarados como momentos para a construção e o fortalecimento dos vínculos, mas também na creche. De acordo com Soares (2017, p. 17), “o vínculo afetivo com o adulto é fundamental para o desenvolvimento pleno e o momento dos cuidados é o mais propício para que ele aconteça.”

Por isso é muito importante que o cuidador esteja emocionalmente preparado para exercer sua função, para que se torne uma figura de apego, de fato, acessível à criança, constituindo-se também como uma base segura. Não é apenas estar com o bebê de corpo presente, mas é ter disponibilidade afetiva para ele, estar presente e em contato de verdade com a criança, atento às suas necessidades e compreendendo os sinais emitidos.

O cuidado com o bebê não pode ser realizado de forma mecânica, corrida, desatenta. Esse é um momento íntimo entre cuidador e bebê e fundamental para a construção e o fortalecimento dos vínculos. Nesse momento, deve haver toques delicados, falas tranquilas, trocas de olhares, que respeitem o bebê em suas necessidades e singularidades.

Enquanto uma criança está na presença incontestada de uma figura principal de apego, ou a tem ao seu alcance, sente-se segura e tranquila. Uma ameaça de perda gera ansiedade, e uma perda real, tristeza profunda; ambas as situações podem, além disso, despertar cólera (BOWLBY, 2002, p. 259).

Muitos cuidadores acreditam que, para educar adultos emocionalmente fortes e autônomos, é preciso que, durante a infância, as crianças sejam desencorajadas a procurá-los nos momentos de aflição, e que quando bebês devem ser deixadas chorando por estarem fazendo “manha”. Não é isso que a Teoria do Apego defende. Bowlby (1989, p. 26) afirma que “[...] os emocionalmente mais estáveis e que aproveitam ao máximo as oportunidades são aqueles cujos pais, ao mesmo tempo que encorajavam a autonomia de seus filhos, estão disponíveis e prontos para responder quando requisitados”.

A criança precisa sentir que é importante e que faz diferença na vida de alguém, precisa sentir que existe alguém que se preocupa e que estará a sua disposição quando for necessário. Se a criança é tratada com indiferença, não desenvolverá com aquele adulto um apego seguro, que é o tipo ideal de apego, no qual a criança apresenta segurança para explorar o mundo porque sabe que há uma base segura à sua espera, e os três primeiros anos são essenciais estabelecer esses vínculos; o começo da vida é fundamental para o desenvolvimento psíquico.

Para ser um bom cuidador, é preciso apresentar acessibilidade e responsividade, pois isso constrói e fortalece os vínculos. A responsividade refere-se ao ato de responder às necessidades do bebê, diz respeito à quantidade e qualidade dessas respostas. É quantitativa porque é preciso verificar a sincronia, o tempo da resposta do cuidador e a prontidão desse cuidado, e qualitativa porque é preciso analisar a adequação da resposta, isto é, se o bebê foi atendido conforme a necessidade do seu pedido, esse ponto depende da interpretação do cuidador acerca dos sinais emitidos pela criança.⁵

⁵ AMARAL, Alexandre Coimbra. Teoria do Apego. 01-22 ago. 2019. Notas de aula.

Ainda acerca dos cuidados, Bowlby (2020, p. 69) afirma que:

Os cuidados maternos com uma criança não se prestam a um rodízio; trata-se de uma relação humana viva, que altera tanto a personalidade da mãe quanto a do filho. [...] a provisão de cuidados maternos não pode ser considerada em termos do número de horas por dia, e, sim, em termos do prazer que a mãe e a criança obtêm da companhia um do outro.

Se deseja-se ter adultos felizes, autônomos e confiantes, é preciso que, durante a infância, tenha-se vivenciado experiências qualificadas, relações de apego seguro com seus cuidadores, com cuidados qualificados. Tudo isso pressupõe a autonomia e a confiança em si e nos outros no decorrer da vida; quando, porém, houve na infância a ausência dessas experiências positivas de cuidado, de figuras de apego e de uma base segura, isso resultará em relações de apego resistentes ou evitantes.

O cérebro da criança é moldado pelas relações que são estabelecidas com os adultos, por isso é tão importante estar atento aos toques, olhares e falas nesses momentos, para que sejam tempos sensíveis e de qualidade para a construção dos vínculos criança-cuidador.⁶

Existe, atualmente, uma literatura considerável sobre natureza dos laços da criança à sua mãe, referida tradicionalmente como dependência e, agora concebida como apego e busca de cuidados. Em termos gerais, o resultado do comportamento de apego é que um indivíduo, normalmente aquele menos capacitado a se tornar bem-sucedido, mantém proximidade e/ou comunicação com um outro indivíduo, que é tido como mais capacitado. Esse comportamento é especialmente ativado pela dor, fadiga ou qualquer coisa assustadora e, também pela inacessibilidade que a figura de apego estabelece ou parece estabelecer. Embora concebido como sendo, em parte, pré-programado, existem agora provas abundantes de que o modelo especial, resultante da organização do comportamento de apego durante o desenvolvimento, é muito influenciado pela forma como as crianças recebem as respostas de suas figuras de apego, que são, na grande maioria dos casos, sua mãe e seu pai. Resumindo, parece claro que **um cuidado sensível e amoroso resulta no desenvolvimento da confiança que a criança tem de que os outros a ajudarão, caso ela necessite, e no tornar-se visivelmente autoconfiante e corajosa em suas explorações do mundo, cooperativa com os outros e, também – ponto muito importante – complacente e prestativa com outros em situações aflitivas** (BOWLBY, 1989, p. 86, grifo nosso).

⁶ NABINGER, Sylvia. A importância da segurança afetiva no início da vida. 28 mai. 2020. Notas de aula.

É conhecido que a forma como a criança estabelece sua primeira relação com seus cuidadores influenciará a forma como se relacionará por toda a vida, isso por causa dos modelos de apego. Mary Ainsworth⁷ foi pioneira nesses estudos, e John Bowlby os descreveu em suas obras. De acordo com Bowlby (1989; 2002) há três modelos principais de apego: apego seguro, apego resistente e ansioso e apego ansioso com evitação.

No apego seguro, quando a criança demonstra a necessidade da presença do cuidador, este rapidamente surge, atendendo à solicitação, segundo Bowlby (1898, p. 121). Nesse modelo, “[...] o indivíduo está confiante de que seus pais (ou figuras paternas) estarão disponíveis oferecendo resposta e ajuda, caso ele se depare com alguma situação adversa ou amedrontadora”.

Essa segurança que o apego seguro proporciona transmite à criança confiança. Dessa forma, sente-se mais corajoso para explorar o mundo. Esse modelo é promovido por cuidadores que sempre atendem às necessidades das crianças, e estão atentos e sensíveis a eles. Sempre oferecem à criança respostas amáveis quando são procurados pelo pequeno.

Bowlby (2002, p. 419) aponta como principal característica dos bebês seguramente apegados “[...] serem ativos nas brincadeiras, de buscarem contato quando afligidos por uma separação breve e de serem prontamente confortados e logo voltarem a absorver-se nas brincadeiras”.

Os bebês e as crianças pequenas precisam encontrar alguém que lhe cuide com afeto, que olhe nos olhos com ternura, com toques sensíveis e respeitosos, que estejam atentos às suas necessidades físicas e emocionais e que respondam a elas, pois isso é primordial para a visão que construirão de si mesmos, dos outros e do mundo.

Conforme Bowlby (2006, p. 146),

⁷ Mary Ainsworth formou-se em Psicologia do Desenvolvimento na Universidade de Toronto (Canadá). Mudou-se para Londres e começou a trabalhar com John Bowlby, realizando pesquisas acerca dos efeitos da separação das crianças de suas mães. Em 1953, mudou-se para Uganda, onde desenvolveu importantes pesquisas sobre os modelos de apego. Disponível em: <https://amenteemaravilhosa.com.br/mary-ainsworth-biografia-contribuicoes/>. Acesso em 18 ago. 2019.

[...] a autoconfiança e a capacidade para confiar nos outros são fruto de uma família que fornece sólido apoio à sua prole, combinado com o respeito por suas aspirações pessoais, senso de responsabilidade e aptidão para lidar com o mundo.

[...]

Esse mesmo padrão de autoconfiança baseada numa ligação segura com uma figura em quem se confia, e desenvolvendo-se a partir desta, pode ser observado desde o primeiro ano de vida de uma criança.

No apego resistente e ansioso, a criança nunca sabe o que esperar de seus cuidadores, pois, em alguns momentos, é atendida em suas necessidades, em outros, não, o que a deixa confusa. Nesse modelo, o bebê oscila entre a busca pelo cuidado e a resistência ao contato e à interação com o cuidador (BOWLBY, 2002).

Bowlby (1989, p. 121-122) afirma que:

[...] o indivíduo se mostra incerto quanto à disponibilidade de receber resposta ou mesmo ajuda por parte de seus pais, caso necessite. Por causa dessa incerteza, ele tende, constantemente, à ansiedade de separação, a ficar “grudado” e a ficar ansioso quanto à exploração do mundo. Esse modelo, onde fica evidente o conflito, é promovido por pais que se mostram disponíveis e prestativos em algumas ocasiões e não em outras, é promovido por separações e, como mostram as descobertas clínicas, por ameaças de abandono como meio de controle.

Essa dualidade é extremamente prejudicial à criança, que fica insegura em relação aos cuidados e à proteção de seus cuidadores, sem saber o que esperar dessas pessoas; vive em uma constante incerteza nessa relação, sem saber o que precisa fazer para receber cuidado e atenção, com medo de ser abandonada.

No modelo do apego ansioso com evitação, a criança espera ser rejeitada por seu cuidador, e muitas vezes é mais carinhosa com um estranho do que com seu próprio cuidador. Isso porque ela nunca encontra cuidado e proteção com seus cuidadores, pois esses não entendem e nem atendem a suas necessidades emocionais. Dessa forma, há uma distância entre o bebê e o cuidador.

Esse modelo, onde o conflito está mais escondido, é resultado de constante rejeição por parte da mãe, sempre que o indivíduo a procurava a fim obter conforto e proteção. Os casos mais extremos são resultado de rejeições repetidas (BOWLBY, 1989, p. 122).

A falta de apegos seguros na infância trará diversas consequências à vida e ao desenvolvimento da criança, isso porque nos modelos de apego resistente e ansioso

e ansioso com evitação, a criança vive em um ambiente estressante para ela, pois a incerteza, a ansiedade, a insegurança e o medo que seus cuidadores transmitem fazem com que esteja a todo momento alerta. Na fase adulta, isso poderá causar depressão, sintomas neuróticos, fobias, atrasos no desenvolvimento, entre outros.

Muitos daqueles que são encaminhados a psiquiatras são indivíduos ansiosos, inseguros, geralmente descritos como superdependentes ou imaturos. Em condição de estresse, tendem a desenvolver sintomas neuróticos, depressão ou fobia. As pesquisas revelam que eles estiveram expostos a pelo menos um, e geralmente mais de um, de certos padrões típicos da parentalidade patogênica, os quais incluem:

- a) ausência persistente de respostas de um ou ambos os pais ao comportamento eliciador de cuidados, da criança, e/ou depreciação e rejeição marcada;
- b) descontinuidades da parentalidade, ocorrendo mais ou menos frequentemente, incluindo períodos em hospital ou instituição;
- c) ameaças persistentes por parte dos pais de não amar a criança, usadas como meio para controlá-la;
- d) ameaças, por parte dos pais, de abandonar a família, usadas ou como método disciplinar a criança ou como uma forma de coagir o cônjuge;
- e) ameaças por parte de um dos pais de abandonar ou mesmo de matar o outro, ou então de cometer suicídio (estas ameaças são mais comuns do que se poderia supor);
- f) indução de culpa à criança, afirmando que o comportamento dela é ou será responsável pela doença ou morte de um dos pais (BOWLBY, 2006, p. 180).

De acordo com Gurgel (2011), o nascimento da vida psíquica no bebê inicia-se na relação que este estabelece com seu cuidador inicial. Desse modo, se essa relação é de apego seguro, este bebê terá mais segurança do que outros bebês, e irá estender essa confiança para outras pessoas.

É importante ter claro que o apego, conforme a teoria Bowlbiana apresenta, oferece aos seres humanos um porto seguro. Isso quer dizer que, ao recorrer à figura de apego, a criança não deseja que esta resolva seus problemas, mas que lhe forneça segurança emocional, pois é disso que precisa no momento.

O apego oferece à criança uma base segura, que irá encorajá-la a novas experiências e explorações, o que possibilitará que tenha um bom desenvolvimento, pois terá confiança para arriscar e aprender.

O cuidador exerce um importante papel para que a relação de apego seja consolidada, entretanto é importante esclarecer que, para Bowlby, isso não cabe

apenas ao adulto, mas também ao bebê. Esse assunto já foi abordado em parágrafos anteriores, mas cabe aqui uma outra citação a esse tema. Bowlby afirma que:

Embora existam provas abundantes mostrando que o tipo de cuidados que um bebê recebe de sua mãe desempenha um importante papel na determinação do modo como se desenvolve seu comportamento de apego, não se deve jamais esquecer em que medida a própria criança inicia a interação e influencia a forma como ela adota (BOWLBY, 2002, p. 251).

Isso porque o bebê chora, protesta, busca interação com seu cuidador e força esse cuidador a olhar e interagir, voltando sua atenção a ele. Se, porém, o bebê não chora, não protesta, não busca interação, provavelmente o cuidador não voltará sua atenção a esse bebê, pois entenderá que está tudo bem com ele.

Além de chorar, o que nunca é facilmente ignorado, um bebê, com frequência, chama persistentemente e, quando é atendido, orienta-se para a mãe ou outra companhia e desfaz-se em sorrisos. Mais tarde, acolhe-se e se aproxima dela, esforçando-se por atrair sua atenção, de mil maneiras sedutoras. [...] O padrão de interação que gradualmente se desenvolve entre um bebê e sua mãe só pode ser entendido como resultante das contribuições de cada um e, em especial, do modo como cada um, por seu turno, influencia o comportamento do outro (BOWLBY, 2002, p. 252).

Assim como as características do bebê influenciam a forma como o cuidador cuida do bebê, a forma como esse cuidador foi cuidado em sua infância também é importante. Isso porque as experiências vivenciadas ao longo da vida constituem a base para ser um cuidador, pois não se nasce mãe, pai ou professor, mas torna-se por intermédio das vivências e experiências ao longo da vida.

Todos os detalhes são aprendidos, alguns durante a interação com os bebês e crianças e muitos através da observação de como outros pais se comportam. O processo começa na infância desse futuro pai, na forma como seus pais o tratam e a seus irmãos/irmãs (BOWLBY, 1989, p. 20).

Além disso, Bowlby (1989) afirma que o comportamento de cuidados possui raízes biológicas, o autor afirma que:

O comportamento de cuidados nos seres humanos não é, certamente, produto de alguns instintos parentais invariáveis, mas também não é correto considerá-lo um mero produto de aprendizagem. O comportamento de cuidados, como eu o vejo, tem fortes raízes biológicas, o que explica as emoções muito fortes a ele associadas; mas a forma específica que o comportamento toma em cada um de nós é modificada pela nossa experiência – especialmente durante a infância, adolescência, antes e durante o casamento, e com cada criança (BOWLBY, 1989, p. 20).

Se durante a infância o indivíduo não vivenciou uma relação de apego seguro, independentemente da razão dessa falha, essa ausência só poderá ser curada através de terapia. Sobre isso, Ramires e Schneider (2010, p. 31) afirmam que:

Uma criança pode ter experimentado relacionamentos de apego com pais e/ou cuidadores que evidenciaram capacidade para compreender e atribuir sentidos apropriados para sua vida emocional. Se essa experiência houver falhado, ou apresentar lacunas significativas, poderá ser resgatada no contexto de uma relação terapêutica que proporcione uma base segura, uma escuta sensível e empática, capaz de proporcionar uma identificação e regulação apropriada dos estados emocionais, e uma reorganização dos modelos representacionais internos do self, do outro e do mundo como um lugar mais acolhedor e prazeroso de se viver.

A Teoria de Apego é válida não somente para compreender o papel dos relacionamentos iniciais, mas também dos relacionamentos posteriores, por isso sua compreensão é importante não somente para psicólogos, mas para pais, professores e cuidadores em geral, para que compreendam o seu papel na vida dos bebês que cuidam e compreendem o papel vital do apego no desenvolvimento da criança.

John Bowlby, como apontado no capítulo anterior, é o fundador da Teoria do Apego, e suas pesquisas trouxeram importantes mudanças na forma de se pensar os vínculos com os bebês. Após Bowlby, diversos pesquisadores têm reforçado e ampliado as ideias apresentadas pelo autor, demonstrando a atualidade e importância de sua teoria.

Quando se fala em estudar e utilizar a Teoria do Apego no contexto da creche, muitos podem pensar que se trata de olhar assistencialista para a educação dos bebês e crianças pequenas, focando exclusivamente o cuidado. É preciso esclarecer que não é isto que essa pesquisa demonstra ou defende. Na educação infantil, há a indissociabilidade entre o cuidar e o educar e é preciso respeitar a especificidade das crianças na creche⁸. Também não se defende que o professor de creche deve assumir uma postura de mãe com a criança.

Villela e Archangelo (2015, p. 100) são muito claros ao falarem acerca do papel do professor de educação infantil. Os autores afirmam que “[...] até o final da educação infantil, a professora exerce uma fortíssima influência sobre o aluno e tende a ocupar um importante lugar em sua vida afetiva.” (VILLELA; ARCHANGELO, 2015, p. 100).

⁸ Essa discussão é ampliada na próxima seção.

Este trabalho não defende que o professor ocupe o lugar da mãe da criança, mas que compreenda o papel que exerce no desenvolvimento da criança e que, com base nos conceitos e ideias apresentadas pela Teoria do Apego, forneça as bases para um desenvolvimento pleno e saudável do bebê e da criança pequena.

Com isso, faz-se necessário recorrer a Bowlby, quando o autor utiliza-se do termo “figura de apego subsidiária”, pois, com as leituras e estudos realizados até aqui, compreende-se que esse é o papel que o professor de creche deve exercer na vida do bebê, não ocupando o lugar que cabe à mãe e à família, mas agindo como uma figura que, no espaço da instituição, é a pessoa de referência da criança.

Bowlby (2002, p. 380) afirma que:

[...] embora seja usual a mãe natural de uma criança ser a sua principal figura de apego, o papel pode ser efetivamente assumido por outras pessoas. As provas de que se dispõe evidenciam que, desde que uma figura substituta se comporte de um modo maternal em relação a um bebê, este a tratará da mesma maneira que uma outra criança trataria sua mãe natural.

O apego subsidiário provido pelo professor na creche não enfraquecerá o vínculo desse bebê com sua figura principal. Bowlby (2002) afirma que o que acontece é que, quanto mais forte o vínculo construído com a figura principal, maiores são as possibilidades de esse bebê firmar vínculos com figuras subsidiárias. Em contrapartida, quanto mais fraco o vínculo inicial, maiores as dificuldades para este bebê confiar em outras pessoas.

Gonzalez-Mena e Eyer (2014) apresentam diferenças entre o apego principal e o apego subsidiário aos professores. Para as autoras, o apego aos professores na creche é muito importante, mas é claro que apresenta diferenças em relação ao vínculo estabelecido com a família: “O apego aos cuidadores é diferente do apego aos pais de muitas formas. Uma delas é obviamente relativa à duração da relação. O apego aos pais dura uma vida toda, já os cuidadores dispõem de um período bem mais curto” (GONZALEZ-MENA; EYER, 2014, p. 96). Outra diferença está no fato de que o vínculo com os pais começa a ser construído ainda na gravidez, já o professor possui um período bem mais curto para construção e consolidação desse vínculo, que se estabelece no dia a dia da creche, através das atividades de cuidado.

Conforme Pantalena (2010, p. 28):

A professora estabelece-se como uma figura de apego subsidiária tanto para o bebê como para a mãe/família. Para o bebê, ela proporciona uma base segura, promove a segurança, para possibilitar novos vínculos, explorações e brincadeiras. Para mãe, é a pessoa a que se confia o filho.

Nota-se que, de acordo com a autora, é duplo o papel exercido pelo professor de creche, atuando como figura subsidiária de apego tanto para o bebê como para a família, entretanto, esclarece-se que nesse trabalho a atenção principal está no papel exercido junto ao bebê.

É esperado que, no desenvolvimento do apego, a criança comece a eleger figuras subsidiárias de apego. Bowlby (2002) descreve duas pesquisas, uma realizada por Schaffer e Emerson com bebês escoceses e a outra realizada por Mary Ainsworth⁹ com crianças da Uganda. Nos dois estudos, fica evidente que, mesmo com figuras de apego subsidiárias, as crianças apresentavam preferências pelas figuras principais de apego. Conforme escreve Bowlby (2002, p. 378-379):

Em cada uma das duas culturas consideradas, os bebês mostraram uma clara discriminação. No caso da amostra escocesa, foi criada uma escala para medir a intensidade do protesto exibido pelo bebê ao ser deixado por cada uma das figuras. Os resultados mostraram que a maioria das crianças protestava mais, de um modo regular, quando era deixado por uma figura do que por outra, e que as figuras de apego de cada criança podiam ser dispostas em ordem hierárquica.

O papel do professor como figura subsidiária de apego não é substituir a mãe ou a família, mas dar as condições emocionais necessárias para que, no momento em que essa criança estiver na creche, sinta-se segura e encontre proteção nessa figura.

Pantalena (2010, p. 33) disserta que:

Uma vez que passa a ser uma figura de apego para o bebê, a professora passa também a ser sua base segura na ausência da figura materna. Todo o papel desempenhado pela mãe é transferido temporariamente para a professora. Não obstante, num momento de incômodo mais intenso (doença, por exemplo), sua preferência requisitará a figura materna.

⁹ As pesquisas de Schaffer e Emerson foram divulgadas na década de 1960. Bowlby cita a obra de 1964 "The development of social attachments in infancy. Monogr. Soc. Res. Child Dev., 29, n.º, 1-77. As pesquisas de Ainsworth também foram divulgadas na mesma década. Bowlby cita a obra de 1964 "Patterns of attachment behaviour shown by the infant in interaction with his mother." Merrill-Palmer Q., 10, 51-8.

Como abordado anteriormente, as atividades de cuidado exercem importante papel para o desenvolvimento e o fortalecimento do apego. Por isso, para que o professor atue como uma figura de apego subsidiária, é importante que a creche fique atenta para que um número reduzido de pessoas exerça as atividades de cuidado. Pantalena (2010, p. 34) afirma que:

A sucessão de diferentes pessoas não possibilita que o bebê constitua figuras de apego, principal ou subsidiária. A creche deve providenciar para que isso não aconteça, devido a substituição de professoras, grande número de pessoas que dispensam cuidados ao bebê (várias professoras e outras auxiliares, nos momentos de higiene e alimentação) e, mesmo, a troca anual de ambiente de professora. A rotina deve ser previsível e as mudanças não podem constituir rupturas.

É preciso ter cuidado quanto às trocas constantes de professores e auxiliares que prestam cuidados aos bebês, pois tudo isso afeta negativamente a forma de o bebê se relacionar com outras pessoas. De acordo com Bowlby (1989, p. 62):

Em tais condições, a criança passa a agir como se nem a maternagem nem o contato com os seres humanos fossem muito significativos para ela. À medida que as pessoas que cuidam dela chegam e se vão, ela para de se apegar a qualquer pessoa e, depois de sua volta para casa, fica distante de seus pais por dias a fio e talvez por muito mais tempo, se for tratada de maneira pouco compreensiva.

A entrada na creche é uma situação de grande tensão para a família e para a criança. Mesmo quando a criança já está inserida no ambiente, ainda é difícil separar-se de sua figura principal de apego. Porém, se na creche a criança encontra uma figura subsidiária de apego, isso lhe traz mais tranquilidade em separar-se da figura principal, pois sabe que não estará desamparada e desprotegida naquele ambiente.

Ser uma figura de apego subsidiária é mostrar interesse pela criança, estar atento às suas necessidades (físicas e emocionais), atender a seus chamados e solicitações, tendo em mente que não se trata de ocupar o lugar da figura principal, como já dito, mas de oferecer o suporte necessário à criança nos momentos de ausência da principal figura.

Essas são as principais ideias e conceitos apontados pela Teoria do Apego de John Bowlby. Na próxima seção, aponta-se, de forma mais efetiva, como esses conceitos podem ser incorporados no dia a dia da creche, objetivando o desenvolvimento pleno e saudável dos bebês e crianças pequenas.

SEÇÃO III

CONSOLIDAÇÃO E FORTALECIMENTO DO APEGO NO DIA A DIA DA CRECHE

Este capítulo propõe apontar sugestões de ações que influenciam positivamente a construção de relações de apego entre professor e criança na creche. Para isso, faz-se uma discussão acerca do histórico dessa instituição no Brasil, seu papel, de acordo com a legislação educacional nacional, a especificidade do trabalho com bebês e crianças pequenas e, por fim, considerando essas informações, apontam-se as sugestões de ações visando à promoção de relações de apego, para que seja garantido aos bebês e crianças pequenas um desenvolvimento pleno e saudável.

Essa retomada do histórico da creche faz-se necessária pois, para compreender a realidade atual, é preciso conhecer como se deu o percurso da instituição, para que se entendam as bases nas quais a creche se instaurou. De acordo com Nascimento (2015, p.17439-17440), “realizar uma revisão histórica sobre a infância e a educação infantil no Brasil nos leva a compreender o contexto histórico-social e cultural no qual se construiu e consolidou o atendimento às crianças pequenas.” A partir do conhecimento das raízes históricas, a compreensão da realidade e a sugestão de medidas de melhoria torna-se mais eficaz, pois se dará com respeito às singularidades da instituição.

As discussões acerca do papel da creche, de acordo com a legislação educacional nacional e as especificidades do trabalho com bebês e crianças pequenas, são pertinentes pois, conhecendo o que diz a legislação acerca da creche e as especificidades do trabalho nessa instituição, torna-se mais evidente o quão necessário é que vínculos entre professor e crianças sejam consolidados no interior das creches, pois, como se verá a seguir, esse é um dos pontos para que a creche possa oportunizar aos pequenos um desenvolvimento pleno e saudável, observando o que dizem os documentos oficiais acerca dessa instituição.

Para uma melhor organização, esta seção encontra-se dividida em três subseções, a saber: na primeira, encontra-se a retomada do histórico da creche; na segunda subseção, faz-se a discussão sobre o papel da creche atual conforme a legislação educacional e a especificidade do trabalho com bebês e crianças pequenas; e, por fim, na terceira subseção, têm-se as sugestões de seis ações que colaboram para a consolidação de relações de apego entre professor-criança.

3.1 A creche no Brasil: um olhar para o passado para compreender o presente

A atual Constituição Federal do Brasil foi promulgada em 05 de outubro de 1988, há mais de trinta anos. Tal Constituição ficou conhecida como Constituição Cidadã, e é a sétima constituição da história do país.

Esse importante documento que rege a nação brasileira trouxe significativos avanços, principalmente no aspecto educacional. O documento aponta que:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, grifo nosso).

Ainda na Constituição Federal, no artigo 208, tem-se que:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola (BRASIL, 1988, grifo nosso).

É a partir da Constituição que a escola passa a ser concebida como um espaço democrático, visto que, no período de 1964 a 1985, o país encontrava-se em um

regime de ditadura militar. A escola pública brasileira, tal como a conhecemos hoje, é recente, surgiu mediante a promulgação dessa Constituição e foi reafirmada com a promulgação, em 26 de dezembro de 1996, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

Se a escola, pensada em um sentido amplo, é recente, ainda mais é a educação infantil de nosso país, que somente com a Constituição Federal saiu da esfera assistencialista e passou à esfera educacional, fato que foi reforçado posteriormente com a LDBEN.

A subordinação do atendimento em creches e pré-escolas à área de Educação representa, pelo menos no nível do texto constitucional, um grande passo na direção da superação do caráter assistencialista predominante nos programas voltados para essa faixa etária. Ou seja, essa subordinação confere às creches e pré-escolas um inequívoco caráter educacional.

No caso específico das creches, tradicionalmente vinculadas às áreas de assistência social, essa mudança é bastante significativa [...]. (CAMPOS; ROSEMBERG; FERREIRA, 2001, p. 18).

Contudo, para que chegasse onde se encontra atualmente, a educação infantil, em especial a creche, percorreu um longo e árduo caminho, que é preciso ser lembrado. Porém, antes de lembrar esse percurso, é importante recorrer a Didonet (2001, p. 11), pois, de acordo com o autor, falar de creche ou de educação infantil:

É falar da criança. De um ser humano, pequenino, mas exuberante de vida; dependente, mas capaz de polarizar atenções ao redor de si; todo aberto para o outro, mas que só se desvela se, no outro houver paixão. É tocar no mistério da pessoa humana enquanto vida em busca de plenitude, de felicidade, de encontro. E é, também, falar um pouco sobre nós mesmos, pois quando nos colocamos diante da criança, como pais ou educadores, estamos nos interrogando sobre a nossa própria trajetória a partir da criança que fomos (DIDONET, 2001, p. 11).

Ao propor sugestões para o trabalho no interior das creches, faz-se necessário conhecer o percurso histórico dessa instituição, compreender as singularidades e especificidades das crianças atendidas e da própria instituição, para que haja respeito às crianças e às suas famílias e para que os profissionais que atuam na creche possam oportunizar às crianças, de fato, um desenvolvimento integral, como apontado pela legislação educacional. Isso é preciso pois só se entende o presente quando se conhece o passado, portanto essa breve retomada que se faz acerca do percurso da creche no Brasil é necessária para que se compreenda de forma mais efetiva o que

propõem os documentos oficiais e as razões dessas ideias e para que as sugestões que serão propostas na última subseção estejam baseadas naquilo que, de fato, é papel da creche. Esclarecidos esses pontos, tem-se agora uma breve recapitulação do percurso histórico da creche no Brasil.

No período colonial do Brasil, existia uma distinção entre as crianças brancas, negras e indígenas. Para as crianças brancas, que vinham de famílias abastadas, havia estudo; as crianças indígenas e negras eram usadas para o trabalho ou para entretenimento das famílias ricas (FULTON; VEIGA, 2012).

Ainda no período colonial, surge o primeiro programa de assistencialismo às crianças: a roda dos expostos. Esse programa tinha como objetivo acolher, de forma anônima, os filhos rejeitados, perdurou até 1950 e era administrado pela Igreja Católica.

Com a Revolução Industrial na Europa, no século XVIII, a mulher, que antes cuidava somente da casa e dos filhos, começa a ingressar no mercado de trabalho, transformando a forma de cuidar e educar as crianças, pois, como os homens e as crianças maiores também trabalhavam nas fábricas têxteis, os bebês e as crianças pequenas ficavam sem alguém que pudesse cuidar delas (DIDONET, 2001).

Outro aspecto que culminou na necessidade da criação das creches é apontado por Didonet (2001, p. 12). “A consolidação e a expansão da creche como instituição de cuidados à criança estão associadas também à transformação da família, de extensa para nuclear”. Isso porque antes havia muitas pessoas que poderiam ocupar-se do cuidado do bebê e da pequena criança (tias, avós, irmãos maiores, primos), porém, nesta nova configuração familiar, ao saírem para o trabalho, os pais não tinham com quem deixar os filhos pequenos, elevando as taxas de acidentes domésticos, desnutrição e mortalidade infantil (DIDONET, 2001).

Assim, a criança começou a despertar a atenção e a compaixão de religiosos, educadores e empresários. Conforme Didonet (2001, p. 12), “foi por esse lado, ou seja, como problema, que a criança começou a ser vista pela sociedade... E com um sentimento filantrópico, caritativo, assistencial, é que começou a ser atendida fora da família”.

Nota-se que a creche não foi criada para atender às necessidades da criança, mas para diminuir os “problemas” causados por ela. Foi criada, como apontado anteriormente, como uma política assistencial, sem se preocupar com os aspectos singulares do desenvolvimento dos bebês e crianças pequenas.

A creche surge para atender às necessidades dos adultos, que não tinham com quem deixar seus filhos enquanto trabalhavam. As especificidades e singularidades do bebê e da criança pequena eram desconsideradas; preocupava-se unicamente com seu cuidado, em mantê-la limpa e segura enquanto os pais trabalhavam.

No ano de 1899, dois fatos ocorrem no Rio de Janeiro que marcam a história da creche e da infância no Brasil: a fundação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância e a inauguração da primeira creche para filhos de operários do país, a creche da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado (KUHLMANN JUNIOR, 2010).

Compreende-se, então, que a creche surge no Brasil como uma política assistencialista, como uma estratégia para aliviar a pobreza e controlar as condições de vida da população empobrecida e as mudanças no papel exercido pela mulher na sociedade, que deixa de cuidar apenas da casa e dos filhos e começa a ingressar no mercado de trabalho. Porém, para os filhos das classes mais abastadas da sociedade a realidade era diferente.

A história da creche liga-se a modificações no papel da mulher em nossa sociedade e suas repercussões no âmbito da família, em especial no que diz respeito à educação dos filhos. As mudanças daquele papel inserem-se no conjunto complexo e contraditório de fatores presentes em nossa organização social com suas características econômicas, políticas e culturais.

[...]

Na realidade brasileira, a creche deve ser pensada no âmbito da evolução da economia capitalista no país, que incluiu a expansão da atividade industrial e do setor de serviços, dentro de uma perspectiva de urbanização cada vez maior (OLIVEIRA, 1988, p. 44).

Enquanto para os filhos dos mais empobrecidos preocupa-se somente com seu cuidado, para os filhos dos ricos, a realidade era diferente, pois, como afirma Oliveira (1988, p. 47),

Em geral, o trabalho junto às crianças nas creches era de cunho assistencial-custodial. A preocupação era com alimentar, cuidar da higiene e da segurança física. Não era valorizado o trabalho voltado para a educação, para o desenvolvimento intelectual e afetivo das crianças.

Enquanto isso, os primeiros jardins de infância, criados desde a última década do século passado para os filhos das camadas privilegiadas, desenvolviam toda uma programação pedagógica [...]

Essa característica assistencial das instituições voltadas ao atendimento das crianças pequenas é percebida ainda no nome a elas designado. Isso é percebido não somente no Brasil, mas também em outros países. Sobre isso tem-se que:

Os primeiros nomes dessa instituição são reveladores do seu propósito: *garderie*, na França; *asili*, na Itália; *écoles gardiennes*, na Bélgica. Até hoje, *guardería* é a expressão usada em vários países latino-americanos para referir-se à instituição que atende às crianças menores de 3 anos. “Guarda da criança” também foi a expressão que traduziu a intenção nos primórdios dessa instituição no Brasil (DIDONET, 2001, p. 12, grifos do autor).

Com isso, entende-se que a visão da época era garantir o cuidado e a segurança das crianças enquanto os pais trabalhavam. Nesse período, o Brasil encontrava-se em pleno desenvolvimento industrial, e as empresas deveriam garantir o cuidado dessas crianças para que seus pais pudessem trabalhar e não houvesse prejuízos na produção. Em 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) trazia que as empresas que contavam com mais de 30 mulheres em seu quadro de funcionários deveriam destinar um local para a guarda das crianças durante a amamentação (DIDONET, 2001).

Já em 1967, as mudanças realizadas na CLT apontavam “[...] o atendimento ao filho das trabalhadoras apenas como a organização de berçários pelas empresas e abrindo espaço para que outras entidades, que não a própria empresa empregadora da mãe, realizassem aquela tarefa através de convênios” (OLIVEIRA, 1988, p. 47).

O poder público da época não se dispunha a encarregar-se da criação e fiscalização das creches pelas empresas, por isso essa pequena conquista não foi efetivada e poucas creches foram organizadas (OLIVEIRA, 1988).

Durante o período de ditadura militar no Brasil, a ideia da creche como uma política assistencialista permaneceu. Isso porque as políticas adotadas em nível federal acentuavam a ideia da creche como um equipamento de assistência à criança necessitada, fortalecendo a política de ajuda governamental às entidades filantrópicas (OLIVEIRA, 1988). Entretanto, como dito anteriormente, a realidade das crianças das classes mais favorecidas era bem diferente, conforme pontua Sommerhalder (2015, p. 19):

[...] o quadro apresentado no Brasil durante os anos 1970 evidenciava a existência de parques infantis e creches, para atendimento às crianças pobres, com atividades de cunho compensatório ou assistencial, e jardins de infância com práticas voltadas para o

desenvolvimento cognitivo e afetivo de crianças de classe social média e alta.

A creche era tida como um direito da mãe trabalhadora que necessitava de um lugar para deixar seu filho enquanto trabalhava. Na década de 1970, essa luta das mulheres ficou ainda mais evidente, conforme aponta Adorni (2005, s/p):

No Brasil, a década de 70 caracterizou-se pela eclosão de vários movimentos sociais e, em alguns lugares, a creche ganhou enfoque diferente, passando a ser reivindicada como um direito da mulher-operária. No Estado de São Paulo, reivindicada por mulheres das camadas populares, ganhou aceitação por parte do Estado pela sua função reconhecida de guarda e assistência às crianças pobres, ficando subordinada à Secretaria do Bem-Estar Social.

Na década de 1980, surge um novo movimento em relação à creche e à educação infantil brasileira, pois passa-se a entender o direito da criança à educação institucionalizada; começa a surgir uma nova concepção de infância e de criança e a defesa de uma Educação infantil em que o educar e cuidar estejam articulados (SOMMERHALDER, 2015).

Com a promulgação da Constituição Federal em 1988, a educação infantil passou a ser vista como um dever do Estado e passou da esfera assistencialista à esfera educacional significando um grande avanço. Os documentos que vieram a seguir – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), Referencial Curricular para a Educação Infantil (1998), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (2013) e, mais recentemente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), dentre outros documentos a níveis federal, estadual e municipal – reforçam o caráter pedagógico da creche, a indissociabilidade entre o cuidar e o educar, dentre outros relevantes aspectos.

As conquistas da creche brasileira ocorreram através de grande luta e de mudanças na concepção da infância e da creche na sociedade brasileira. Essa mudança é traduzida através dos documentos oficiais que norteiam e fundamentam o trabalho na creche, então, é preciso conhecer o que os documentos apontam como essencial a ser oferecido aos bebês e as crianças pequenas. Ao conhecer o que dizem os documentos oficiais, torna-se ainda mais evidente a necessidade de que relações qualificadas de apego sejam incentivadas no interior das creches, pois, como aponta a Teoria do Apego, os vínculos são partes importantes para o pleno desenvolvimento.

A creche hoje é vista como um direito da criança e deve garantir um desenvolvimento integral às crianças que a frequentam, mas é pertinente conhecer, de forma mais profunda, o que os documentos oficiais apontam sobre a creche e a educação infantil, o que será feito na próxima subseção.

3.2 Um olhar para os documentos oficiais brasileiros sobre a creche: o que dizem acerca de sua finalidade?

Se, no passado, faltavam normatizações e leis que amparassem e qualificassem o trabalho nas creches, o cenário atual é diferente. Desde a promulgação da Constituição Federal e com a saída da creche da esfera assistencialista para a esfera educacional, vários documentos passaram a fundamentar o trabalho da creche, com respeito aos bebês e crianças pequenas e às especificidades dessa instituição.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), promulgada em 1996, aponta como papel da educação infantil:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o *desenvolvimento integral da criança* de até 5 (cinco) anos, *em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social*, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996, grifo nosso).

Se antes preocupava-se apenas em manter a criança segura e cuidada enquanto seus pais trabalhavam, hoje entende-se que o papel da creche vai muito além, pois esta deve oportunizar à criança, como aponta a lei, um desenvolvimento integral, visando a diversos aspectos do seu desenvolvimento e complementando a ação da família e da comunidade.

Acerca da educação infantil, na seção a ela destinada, a LDBEN ainda aponta que:

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:
I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade.

Art. 31. A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I - avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;

II - carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional;

III - atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral;

IV - controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas;

V - expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança. (BRASIL, 1996).

Observando o artigo 29, 30 e 31 da LDBEN, fica evidente que, na creche, deve haver a preocupação com desenvolvimento da criança de forma plena e saudável, pensando em todos os aspectos do seu desenvolvimento, compreendendo o bebê e a criança pequena como um ser integral, observando suas necessidades e especificidades.

Conforme afirma Barbosa (2010, p. 2):

Os bebês possuem um corpo onde afeto, intelecto e motricidade estão profundamente conectados e é a forma particular como estes elementos se articulam que vão definindo as singularidades de cada indivíduo ao longo de sua história. Cada bebê possui um ritmo pessoal, uma forma de ser e de se comunicar.

Sendo assim, é preciso que a creche considere as singularidades de cada bebê e de cada família. A LDBEN é clara quando explicita o papel da creche e requer dos professores que ali atuem uma formação que atenda às especificidades do trabalho com bebês e crianças pequenas. Sobre isso, Barbosa (2010, p. 6) afirma que:

A tarefa dessa pedagogia da pequeníssima infância é articular dois campos teóricos: o do cuidado e o da educação, procurando que cada ato pedagógico, cada palavra proferida tenha significado, tanto no contexto do cuidado – como ato de atenção aquilo que temos de humano e singular – como de educação, processo de inserção dos seres humanos, de forma crítica, no mundo já existente.

Na creche, as atividades predominantes são as atividades de cuidado, portanto, através da finalidade trazida à educação infantil pela LDBEN, entende-se que o cuidar

e o educar são indissociáveis, pois um desenvolvimento integral passa pela qualidade do cuidado ofertado à criança.

A Teoria do Apego é clara ao dizer da importância dos vínculos para o desenvolvimento humano e como os cuidados prestados ao bebê influenciam a forma como se constituirão esses vínculos, portanto, a creche não pode desconsiderar esses fatores e nem desconhecer as ideias da Teoria do Apego, pois senão não poderá garantir um desenvolvimento pleno e saudável ao bebê e à pequena criança, pois isso perpassa pelo apego.

Quando a creche não incentiva que os professores sejam figuras de apego subsidiárias para as crianças e realiza trocas constantes dos professores, deixam de lado um importante aspecto do desenvolvimento. Como apontado na seção anterior, a ausência de uma figura de apego subsidiário na creche acaba por influenciar negativamente o vínculo entre a criança e a família, pois a privação de figuras de apego subsidiárias tornam as crianças distantes dos pais, inseguras e com dificuldades de se apegar a outras pessoas (BOWLBY, 1989). Além disso, a criança não encontrará a segurança necessária para que possa explorar o ambiente nos momentos em que estiver na instituição, pois se sentirá sozinha e insegura, sem alguém a quem possa recorrer nos momentos de aflição.

Por isso, para atingir ao objetivo postulado à educação infantil pela LDBEN (BRASIL, 1996), é imprescindível que os profissionais que atuem com essa faixa etária compreendam que:

[...] os processos cognitivos iniciam-se desde o nascimento significa inferir que, ao longo da vida, esses processos tenderão a ficar mais aguçados, e para isso contribuí, em grande parte, a interação social aliada a adequados cuidados pessoais (como alimentação, vestuário, proteção) (SILVA; BOLSANELLO, 2011, p. 1).

É por meio das atividades de cuidado que o bebê constrói sua autonomia, esquema corporal, entre outros aspectos. Dessa forma, as atividades de cuidado devem ser:

[...] pensadas em seu conjunto e nos mínimos detalhes pelo adulto e a qualidade do cuidado que lhe é oferecido o que garantem a presença, ou ausência, da estimulação necessária para a saúde, o despertar, o desenvolvimento e o crescimento psicomotor e psicossocial (FALK, 2016, p. 18).

Portanto, quando a creche desconsidera as atividades de cuidado e a julgam como secundárias, estão afetando negativamente o processo de desenvolvimento do

bebê e da criança pequena. O bebê, ao adentrar a creche, precisa encontrar ali uma figura de apego que lhe cuidará com atenção e dedicação, respeitando e conhecendo suas singulares.

O vínculo entre criança e professor não acontece da noite para o dia, por isso, como apontado na seção anterior, as atividades de cuidado são tão importantes, pois é nesses momentos que os vínculos vão se constituindo e fortalecendo. Quando o professor e a creche desconsideram essas ações e não dão importância para o vínculo professor-bebê, não estão considerando as especificidades da criança pequena e do trabalho com crianças de zero a três anos, o que pode causar um prejuízo para que o desenvolvimento integral, como aponta a LDBEN, seja oportunizado.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) traz em seu conteúdo importantes questões para a efetivação de um trabalho de qualidade na creche, considerando as especificidades do trabalho com as crianças pequenas.

O RCNEI foi publicado em 1998, dois anos após a promulgação da LDBEN, e é dividido em três volumes – introdução, formação pessoal e social e conhecimento de mundo. Trata-se de um subsídio para o trabalho na educação infantil, portanto não possui caráter mandatório. Ao ser lançado, o RCNEI tinha como objetivo apontar aspectos de qualidade que favorecessem o desenvolvimento integral da criança.

De acordo com o RCNEI,

Em se tratando de crianças tão pequenas, a atmosfera criada pelos adultos precisa ter um forte componente afetivo. As crianças só se desenvolverão bem, caso o clima institucional esteja em condições de proporcionar-lhes segurança, tranquilidade e alegria. Adultos amigáveis, que escutam as necessidades das crianças e, com afeto, atendem a elas, constituem-se em um primeiro passo para criar um bom clima. As crianças precisam ser respeitadas em suas diferenças individuais, ajudadas em seus conflitos por adultos que sabem sobre seu comportamento, entendem suas frustrações, possibilitando-lhes limites claros. Os adultos devem respeitar o desenvolvimento das crianças e encorajá-las em sua curiosidade, valorizando seus esforços (BRASIL, 1998, grifos nossos).

No trecho destacado acima, fica evidente o entendimento do Referencial acerca do papel dos vínculos para o desenvolvimento dos bebês e crianças pequenas e a importância dada para que o adulto que se dedica ao cuidado da criança entenda e respeite as singularidades das crianças, proporcionando um ambiente afetivo. Percebe-se também que esse documento incentiva e compreende a relevância da

criação dos vínculos para o desenvolvimento e incentiva que vínculos sejam estabelecidos entre criança e professor, como pode-se perceber mais claramente nos trechos a seguir:

As crianças pequenas, em especial as de zero a dois anos, constroem, por meio do vínculo afetivo com o adulto de referência, a base sobre a qual vão se sentir seguras para explorar o ambiente e para se relacionar com novas pessoas (BRASIL, 1998).

Ainda, tem-se que:

Para cuidar é preciso antes de tudo estar comprometido com o outro, com sua singularidade, ser solidário com suas necessidades, confiando em suas capacidades. Disso depende a construção de um vínculo entre quem cuida e quem é cuidado (BRASIL, 1998).

O RCNEI (BRASIL, 1998) não utiliza como referência a Teoria do Apego, porém, mesmo não estando embasado nessa Teoria ou em John Bowlby, traz em suas páginas o quão significativo são os vínculos para o desenvolvimento dos bebês e crianças pequenas, o papel do cuidado e como o adulto deve atender e entender a criança em suas singularidades e especificidades. Nota-se, ainda, nos trechos acima destacados, que o documento fala acerca do “adulto de referência”, que se assemelha à ideia apontada pela Teoria do Apego de figura de apego subsidiária, demonstrando a necessidade dessa figura de referência para o desenvolvimento da criança. Essa figura, como traz o RCNEI, não tem como objetivo ocupar o lugar da família da criança, mas servir como referência para a criança nos períodos em que estiver na instituição. Da mesma forma, é apontada a função da figura subsidiária de apego na obra de Bowlby. Essa figura não tem como objetivo ocupar o lugar na figura principal, mas servir de apoio para os momentos em que esta estiver ausente, servindo como base segura para a criança nesses períodos.

A relevância que o RCNEI dá aos vínculos fica ainda mais evidente ao ler os objetivos que o documento postula à educação infantil:

[...] desenvolver uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente, com confiança em suas capacidades e percepção de suas limitações;
descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar;
estabelecer vínculos afetivos e de troca com adultos e crianças, fortalecendo sua auto-estima e ampliando gradativamente suas possibilidades de comunicação e interação social;

estabelecer e ampliar cada vez mais as relações sociais, aprendendo aos poucos a articular seus interesses e pontos de vista com os demais, respeitando a diversidade e desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração;
 observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade, percebendo-se cada vez mais como integrante, dependente e agente transformador do meio ambiente e valorizando atitudes que contribuam para sua conservação;
 brincar, expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades;
 utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido, expressar suas ideias, sentimentos, necessidades e desejos e avançar no seu processo de construção de significados, enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva;
 conhecer algumas manifestações culturais, demonstrando atitudes de interesse, respeito e participação frente a elas e valorizando a diversidade (BRASIL, 1998, grifo nosso).

Os vínculos construídos na infância impactam todo o desenvolvimento do indivíduo e influenciam a forma de se vincular por toda a vida, de acordo com Bowlby (2006, p. 140):

[...] o tipo de experiência que uma pessoa tem, especialmente durante a infância, tem uma grande influência sobre o fato de ela esperar ou não encontrar mais tarde uma base pessoal segura, e também sobre o grau de competência que possui para iniciar e manter relações mutuamente gratificantes, quando a oportunidade se oferece.

Portanto, a educação infantil não pode desconsiderar essa questão, pois isso faz parte e influencia o desenvolvimento das crianças. Os documentos brasileiros, como se vê mais claramente a seguir, apontam a necessidade de se pensar e garantir o desenvolvimento integral. Para tanto, é preciso ter claro que a criança é um ser completo, que deve ser vista e respeitada tal como ela é, considerando, é claro, as especificidades de cada faixa etária, por isso, para que a creche garanta esse desenvolvimento integral, tão presente nos documentos oficiais, é essencial que considere e preocupe-se com a qualidade dos vínculos que são estabelecidos.

Ainda acerca do papel do cuidado no desenvolvimento da criança, o RCNEI aponta que:

Contemplar o cuidado na esfera da instituição da educação infantil significa compreendê-lo como parte integrante da educação, embora possa exigir conhecimentos, habilidades e instrumentos que extrapolam a dimensão pedagógica. Ou seja, cuidar de uma criança em um contexto educativo demanda a integração de vários campos de

conhecimentos e a cooperação de profissionais de diferentes áreas. A base do cuidado humano é compreender como ajudar o outro a se desenvolver como ser humano. Cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades. O cuidado é um ato em relação ao outro e a si próprio que possui uma dimensão expressiva e implica em procedimentos específicos. *O desenvolvimento integral depende tanto dos cuidados relacionais, que envolvem a dimensão afetiva e dos cuidados com os aspectos biológicos do corpo, como a qualidade da alimentação e dos cuidados com a saúde, quanto da forma como esses cuidados são oferecidos e das oportunidades de acesso a conhecimentos variados (BRASIL, 1998, grifo nosso).*

O cuidado na educação infantil, em especial na creche, não deve ser visto como algo assistencialista, uma atividade obrigatória e necessária, podendo ser realizada de forma mecânica e/ou padronizada. O cuidado possui um caráter pedagógico, e são essas atividades que contribuirão para a conquista de grandes aprendizagens, o desenvolvimento pleno e saudável da criança perpassa pela qualidade do cuidado e dos vínculos que são estabelecidos, por intermédio desse cuidado, entre a criança e o professor.

Conforme Sommerhalder (2015, p. 31):

Cuidar encontra-se sustentado no laço afetivo, nas relações intersubjetivas, no vínculo afetivo, na segurança mútua, no respeito, na sensibilidade, no acolhimento e na escuta das necessidades, enfim, na ideia de a criança poder entregar-se e ficar sob a responsabilidade de alguém. Cuidar é também se responsabilizar, respondendo às necessidades, à preocupação e à confiabilidade daquele que é dependente, uma vez que a dependência é real, como no caso dos bebês e crianças muito pequenas.

Para de fato conceber uma educação de qualidade é preciso que, desde cedo, ainda na creche, as especificidades dos bebês sejam consideradas e respeitadas. Dentre essas especificidades, a importância dos vínculos merece ser destacada. Como apontado na seção anterior, a ausência de vínculos e de figuras de apego na infância causam prejuízos no desenvolvimento do indivíduo, como, por exemplo, sintomas neuróticos e distúrbios de personalidade (BOWLBY 2002; 2006). Por isso, como aponta o RCNEI, é importante que os cuidados prestados a criança sejam cuidados de qualidade, que possam de fato favorecer a construção do vínculo adulto-criança e para que se possa, de fato, garantir o desenvolvimento integral da criança, como apontado pela LDBEN como finalidade da educação infantil. Mesmo não estando embasado nos princípios e ideias da Teoria do Apego, o RCNEI traz

elementos que se assemelham aos que são postulados por Bowlby em sua Teoria, e que enriquecem a discussão da educação e papel da creche no desenvolvimento de bebês e crianças pequenas.

Outro importante documento que merece aqui ser destacado são as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (2013). As primeiras diretrizes foram publicadas em 1998, separadas em educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Em 2009, as diretrizes da educação infantil foram reformuladas. Já em 2013, foram todas reformuladas e surgiram as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. Essa reformulação fez-se necessária pois, devido ao ensino fundamental de nove anos e à obrigatoriedade do ensino gratuito dos quatro os dezessete anos, as antigas diretrizes tornaram-se defasadas.

As diretrizes apresentam caráter mandatório e, de acordo com o documento, “[...] estabelecem a base nacional comum, responsável por orientar a organização, articulação, o desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas de todas as redes de ensino brasileiras” (BRASIL, 2013, p. 4).

De acordo com a concepção do documento (BRASIL, 2013, p. 84):

As creches e pré-escolas se constituem, portanto, em estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de zero a cinco anos de idade por meio de profissionais com a formação específica legalmente determinada, a habilitação para o magistério superior ou médio, refutando assim funções de caráter meramente assistencialista, embora mantenha a obrigação de assistir às necessidades básicas de todas as crianças.

Ainda conforme o documento,

Intencionalmente planejadas e permanentemente avaliadas, as práticas que estruturam o cotidiano das instituições de Educação Infantil devem considerar a integralidade e indivisibilidade das dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural das crianças, apontar as experiências de aprendizagem que se espera promover junto às crianças e efetivar-se por meio de modalidades que assegurem as metas educacionais de seu projeto pedagógico (BRASIL, 2013, p. 86).

A creche é um lugar privilegiado para o desenvolvimento dos bebês e crianças pequenas. As diretrizes são muito claras ao dizerem acerca da integralidade da criança e da atenção que deve ser destinada para que todos os aspectos do desenvolvimento sejam explorados na educação infantil, visto que a primeiríssima infância é um momento rico do desenvolvimento.

De acordo com Gonzalez-Mena e Eyer (2014, p. 94),

A informação proporcionada pelos recentes estudos nos ensinou muitas lições valiosas sobre como os bebês aprendem e por que as experiências primárias são tão valiosas para o desenvolvimento.

Além disso, hoje sabe-se que as primeiras experiências contribuem para a formação da arquitetura cerebral, que essas experiências impactam o desenvolvimento e as aprendizagens, e também que as primeiras interações afetam diretamente a forma como o cérebro se desenvolve (GONZALEZ-MENA; EYER, 2014).

Conforme as diretrizes, o trabalho na educação infantil baseia-se em três princípios. São eles: princípios éticos, princípios políticos e princípios estéticos. Nos princípios éticos, tem-se a:

[...] valorização da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.

[...]

Tais instituições devem proporcionar às crianças oportunidades para ampliarem as possibilidades de aprendizado e de compreensão de mundo e de si próprio trazidas por diferentes tradições culturais e a construir atitudes de respeito e solidariedade, fortalecendo a autoestima e os vínculos afetivos de todas as crianças (BRASIL, 2013, p. 87).

Nos princípios políticos, há a necessidade:

[...] dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

[...]

O importante é que se criem condições para que a criança aprenda a opinar e a considerar os sentimentos e a opinião dos outros sobre um acontecimento, uma reação afetiva, uma ideia, um conflito (BRASIL, 2013, p. 87-88).

Por fim, nos princípios estéticos, de:

[...] valorização da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais.

[...]

As instituições de Educação Infantil precisam organizar um cotidiano de situações agradáveis, estimulantes, que desafiem o que cada criança e seu grupo de crianças já sabem sem ameaçar sua autoestima nem promover competitividade, ampliando as possibilidades infantis de cuidar e ser cuidada, de se expressar, comunicar e criar, de organizar pensamentos e ideias, de conviver, brincar e trabalhar em grupo, de ter iniciativa e buscar soluções para os problemas e conflitos que se apresentam às mais diferentes idades,

e lhes possibilitem apropriar-se de diferentes linguagens e saberes que circulam em nossa sociedade, selecionados pelo valor formativo que possuem em relação aos objetivos definidos em seu Projeto Político-Pedagógico (BRASIL, 2013, p. 88).

Esses princípios visam a oportunizar à criança um desenvolvimento integral, como já apontado na LDBEN e no RCNEI, oportunizando que as crianças sejam atendidas em suas especificidades. As diretrizes apontam a indissociabilidade entre o cuidar e o educar e a importância dessa questão para o desenvolvimento dos bebês e crianças pequenas, conforme o documento “Educar cuidando inclui acolher, garantir a segurança, mas também alimentar a curiosidade, a ludicidade e a expressividade infantis” (BRASIL, 2013, p. 89).

As diretrizes, o RCNEI e a LDBEN são claras acerca do papel da educação infantil, a importância do cuidado e a valorização dada aos vínculos nos primeiros anos de vida. Como dito anteriormente, nenhum desses documentos citam diretamente a Teoria do Apego, porém, conhecendo a teoria e lendo os documentos, nota-se que muitas ideias defendidas por Bowlby para o desenvolvimento estão presentes de alguma forma no que é entendido como fundamental para a educação infantil.

Mais recentemente, em 2018, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi homologada por completo – no ano anterior, haviam sido homologadas somente as partes referentes à educação infantil e ao ensino fundamental. Esse documento abrange a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio e tem como objetivo:

[...] garantir o conjunto de aprendizagens essenciais aos estudantes brasileiros, seu desenvolvimento integral por meio das dez competências gerais para a Educação Básica, apoiando as escolhas necessárias para a concretização dos seus projetos de vida e a continuidade dos estudos (BRASIL, 2018).

Trata-se, portanto, de um documento de caráter normativo que explicita quais são as aprendizagens essenciais aos alunos da educação básica – educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Por isso, a BNCC serve como referência em âmbito nacional para a elaboração de currículos e propostas pedagógicas. Além disso:

[...] a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios

para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação (BRASIL, 2018).

A BNCC apoia-se em dois fundamentos pedagógicos, a saber: compromisso com a educação integral e foco no desenvolvimento de competências. É importante esclarecer que essa educação integral não diz respeito a ficar o dia todo na escola e sim garantir que o aluno desenvolva-se em todos os seus aspectos (cognitivo, motor, afetivo, social etc.).

Na educação infantil, a BNCC apresenta seis direitos de aprendizagem às crianças, que são: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Esses direitos de aprendizagem devem ser garantidos por meio dos cinco campos de experiências postulados pelo documento, são eles: eu, o outro e nós; corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação e espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

No documento, percebe-se a importância dada à intrínseca relação e à necessidade de articulação entre o cuidar e o educar na educação infantil. Sobre isso, destaca-se o seguinte trecho:

Nas últimas décadas, vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula educar e cuidar, entendendo o *cuidado como algo indissociável do processo educativo*. Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, *atuando de maneira complementar à educação familiar* – especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação.

Nessa direção, e para potencializar as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças, a prática do diálogo e o compartilhamento de responsabilidades entre a instituição de Educação Infantil e a família são essenciais. Além disso, a instituição precisa conhecer e trabalhar com as culturas plurais, dialogando com a riqueza/diversidade cultural das famílias e da comunidade (BRASIL, 2018, grifo nosso).

Considerando que a BNCC aponta que “o cuidado é algo indissociável do processo educativo” e a creche deve atuar de modo a “complementar à educação familiar”, e por ter o compromisso com a educação integral, pode-se concluir que, apesar de não citar explicitamente o papel do vínculo professor-criança e nem abordar

a questão da necessidade de uma figura de apego subsidiária, o documento considera as especificidades e as singulares dos bebês e crianças pequenas, propondo um trabalho que respeite essas diferenças e que considere cada criança e família em suas diferenças.

Os documentos oficiais brasileiros que norteiam e fundamentam o trabalho nas creches são unânimes em afirmar a preocupação com o desenvolvimento integral dos bebês e crianças pequenas. Dessa forma, não há como a creche desconsiderar o papel e a importância dos vínculos no desenvolvimento da criança. Mesmo não citando diretamente a Teoria do Apego ou John Bowlby, nota-se que há uma preocupação com os vínculos estabelecidos, com as atividades de cuidado e com o respeito às especificidades e singularidades de cada criança, de modo a proporcionar-lhe um desenvolvimento integral, tão citada nos documentos.

Quando se compreende que apego, segurança e confiança caminham juntos, nota-se de forma mais evidente a necessidade de que a criança encontre na creche uma figura de apego subsidiária, conforma aponta Pantalena (2010, p. 26-27):

Quando a figura de apego é acessível, o bebê mostra-se tranquilo e confiante para explorar o ambiente que o cerca.

[...]

A segurança transmitida pela figura de apego possibilita ao bebê explorar o entorno, não necessitando estar fisicamente muito próxima, basta estar ao alcance, atuando como uma base segura, um ponto de apoio e de confiança ao qual o bebê poderá recorrer, quando desejar ou precisar.

Uma relação de apego é importante para além da segurança e confiança que proporciona a criança, é importante porque é um fator que contribui e influencia outros aspectos do desenvolvimento humano. Pontes, Silva, Garotti, Magalhães (2007, p. 75) afirmam que:

A ampliação simultânea do conceito de desenvolvimento e de apego faz sentido na medida em que se pensa neste último como um processo básico que permite compreender as mudanças cognitivas, emocionais e sociais do sujeito em desenvolvimento.

Conhecendo os caminhos percorridos pela creche na busca por uma educação de qualidade que respeite as crianças, o que trazem os documentos oficiais acerca de sua função e papel no desenvolvimento dos bebês e crianças pequenas que a frequentem e, considerando a importância do apego para o desenvolvimento humano

de forma plena e saudável, torna-se necessário apontar sugestões de ações que influenciam positivamente a construção de relações de apego entre professor e criança na creche, de forma que sejam respeitadas as necessidades dos bebês e crianças pequenas, com base nas especificidades do trabalho com crianças dessa faixa etária, de modo que proporcione bem estar e cumpra o que aponta a legislação educacional. Essa discussão é realizada na próxima subseção.

3.3 Consolidando e fortalecendo o apego no interior das creches

Pensar o apego no dia a dia da creche requer esclarecer alguns pontos, para que não haja equívocos quanto à interpretação deste trabalho. A defesa de que o apego deve ser valorizado no dia a dia da instituição como um meio para a promoção do desenvolvimento pleno e saudável da criança se fundamenta na interpretação de que um pleno desenvolvimento emocional, físico e social perpassa pela qualidade dos vínculos estabelecidos.

Bowlby afirma que:

É comprovadamente produtivo considerar muitos distúrbios psiconeuróticos e da personalidade nos seres humanos como um reflexo de um distúrbio da capacidade para estabelecer vínculos afetivos, em virtude de uma falha no desenvolvimento na infância ou de um transtorno subsequente (BOWLBY, 2006, p. 99).

Na subseção anterior ficou nítido que a principal função atribuída à creche pelos documentos oficiais brasileiros é garantir a criança um desenvolvimento integral em seus aspectos psicológicos, sociais, físicos e intelectuais. Por isso, as ideias postuladas pela Teoria do Apego não podem estar esquecidas na creche, pois ela aponta essencialmente importância dos vínculos para o desenvolvimento humano.

Conhecer os aspectos fundamentais do desenvolvimento de bebês e crianças pequenas é imprescindível para que os professores de educação infantil realizem um trabalho de qualidade, que respeite as especificidades das crianças e possibilite um desenvolvimento integral. Desse modo, é importante que os aspectos fundamentais da Teoria do Apego sejam trabalhados nos cursos de formação inicial de professores, garantindo a esses futuros profissionais os elementos necessários para que exerçam um trabalho de qualidade na creche.

Conforme apontam Villachan-Lyra, Queiroz, Moura e Gil (2018, p.31)

A construção de relações afetivas seguras e saudáveis é também uma ótima prevenção da ansiedade e outros transtornos de comportamento que, às vezes, só se manifestam na vida adulta.

Para que a criança tenha um bom desenvolvimento é necessário, antes de tudo, que ela seja amada e cuidada, despertando nela um sentimento de confiança no mundo e nas pessoas. Isso contribuirá para que a criança sinta-se motivada e segura para explorar novas situações e desafios e, assim, criar novas oportunidades de crescimento e desenvolvimento.

Ao estabelecer com o professor uma relação de apego, a criança terá mais segurança para explorar o ambiente, vivenciar novas experiências e enfrentar novas situações que ampliarão suas possibilidades de desenvolvimento e garantirão a confiança e o bem-estar necessários nos momentos em que estiver na creche.

Chega-se agora a um outro importante ponto que necessita ser esclarecido. A defesa feita aqui de que o professor estabeleça um vínculo de apego com a criança não significa que este deve atuar como mãe/pai da criança. Não se trata de substituir a família ou exercer o trabalho designado a ela, mas de atuar, como apontado na seção anterior, como figura de apego subsidiária e, seguindo o que aponta a LDBEN, completar a ação da família.

O professor de creche é um profissional, pedagogo, preparado e qualificado para exercer a docência com bebês e crianças pequenas. Neste trabalho, não se faz a defesa que este deve atuar como a mãe ou como pai da criança, pois isso seria cair em um discurso assistencialista e até prejudicial ao desenvolvimento da criança. Essas ideias, que no começo até fundamentaram os trabalhos na creche, já foram superadas, como abordado anteriormente.

O que se defende aqui é, a compreensão de que o apego é fundamental para constituição do sujeito, portanto não pode ser negligenciado na creche. Tendo em vista a relevância do apego para o desenvolvimento, o professor deve estabelecer com a criança uma relação de apego, que é diferente da relação que a criança estabelece com a família, mas que também é importante para o seu desenvolvimento. Na seção anterior, esse assunto foi discutido de maneira mais aprofundada. O objetivo dessa breve retomada era apenas esclarecer quaisquer dúvidas para que, no decorrer das discussões de sugestões de ações que influenciam positivamente a construção de relações de apego entre professor e criança, não houvesse interpretações equivocadas.

Partindo, de fato, para as sugestões das ações, é importante elucidar que essas ações baseiam-se nas ideias de John Bowlby, já apontadas anteriormente, no que se espera da educação infantil brasileira de acordo com os documentos oficiais e que tais sugestões são também inspiradas no trabalho de Janet Gonzalez-Mena e Dianne Widmeyer Eyer, no livro “O cuidado com bebês e crianças pequenas na creche: um currículo de educação e cuidados baseado em relações qualificadas” (2014). Nessa obra, as autoras propõem um trabalho que respeite as especificidades do trabalho com bebês e crianças pequenas e sugerem um trabalho em que as relações de apego sejam fortalecidas, utilizando para a discussão do apego o próprio John Bowlby e autores que influenciaram e colaboraram com o trabalho dele, como por exemplo Harlow e Ainsworth.

Essas sugestões são formas de criar e fortalecer os vínculos entre professor e criança e estão, em sua maioria, focadas nas atividades de cuidado, pois são as principais atividades da creche, e esses momentos são essenciais para a construção de relações de apego, como já visto. Trata-se de seis sugestões que serão apresentadas e comentadas a seguir. Como uma ideia completa a outra, para melhor compreensão, as duas primeiras ideias pautam-se na importância da relação estabelecida entre professor-criança-família e, em seguida, as quatro últimas sugestões fundamentam-se propriamente no trabalho e na relação professor-criança.

Pantalena (2010) alerta que, na educação infantil, o professor exerce a função de figura de apego subsidiária tanto para a criança, quanto para a família, por isso é importante pensar ações que auxiliam o estabelecimento de vínculo entre professor e família, o que conseqüentemente influenciará o vínculo que se estabelecerá com a criança. A seguir, tem-se duas sugestões para a construção e fortalecimento dos vínculos na creche, com foco maior na relação entre professor-criança-família.

- Estabeleça com a família do bebê uma relação respeitosa e afetuosa, em que haja confiança mútua;
- Observe o bebê, converse com a família, conheça a rotina da casa para que possa exercer seu trabalho com qualidade.

A entrada da criança na creche é um processo difícil, pois, em muitos casos, essa é a primeira separação do bebê de sua figura de apego principal, por isso é essencial para a qualidade do vínculo que posteriormente se estabelecerá entre o professor e a criança, que esse processo seja realizado de maneira adequada, considerando as singularidades de cada bebê e de cada família.

Nesse primeiro momento, é importante conhecer a família e o bebê, observar como se dá a relação criança-família, conhecer os hábitos e a rotina da criança, considerando sempre que a mãe, que em geral é a figura de apego principal, é a pessoa que mais conhece a criança. Conforme apontam Freitas, Landim e Ariosi (2019, p. 562):

Esse período de inserimento da criança na instituição de educação infantil, muitas vezes é difícil, pois esta encontra-se em um novo ambiente, e por isso esse vínculo entre família e creche é importante para que esse momento seja o mais adequado possível.

Quando professor e família estabelecem uma relação de qualidade, em que cada um entende e respeita o papel que lhe é atribuído para o desenvolvimento da criança, as possibilidades de professor e bebê construírem um vínculo de qualidade são maiores, pois a criança entenderá que sua família confia naquela pessoa e concebe aquele espaço como um lugar seguro.

Gurgel (2011, p. 72-73) disserta que:

Durante o período do ingresso, o cuidado afetuoso com a família atrai o carinho da mãe e da criança, que se sentem seguras e uma passa para a outra esse sentimento de bem estar e segurança. Esses sentimentos favorecem a relação de confiança e apego pelas partes envolvidas.

É imprescindível que o professor esteja atento às dúvidas e inseguranças apresentadas pela família, conversando, esclarecendo as possíveis dúvidas e mostrando-se como alguém que entende e respeita as singularidades da família e da criança, atendendo às necessidades de cada um.

Ao firmar uma boa relação com a família da criança, o professor passa a conhecer melhor a criança, seus gostos, jeitos, preferências, pois esses são pontos já conhecidos pela família, porém totalmente novos para o professor que, em pouco tempo, terá a responsabilidade de cuidar desse bebê por um longo período do dia longe da família. Por mais que já tenha anos de experiência e possua a formação adequada, cada bebê é único, pois trata-se de um ser humano repleto de vontades, de preferências, e que precisa ser respeitado nessas especificidades. A construção de uma relação de apego entre professor e criança perpassa pela forma e maneira que o professor percebe essa criança no mundo, e a atmosfera em que ela é inserida.

Bowlby (2020, p. 77) afirma que:

A criança pequena não é um organismo capaz de vida independente e, por isso, necessita de uma instituição social especial que a ajude durante o período de imaturidade. Esta instituição social deve auxiliá-la de duas maneiras: primeiramente, ajudando-a a satisfazer suas necessidades animais imediatas, tais como alimentação, calor, abrigo e proteção; em segundo lugar, proporcionando-lhe um ambiente no qual possa desenvolver ao máximo suas capacidades físicas, mentais e sociais, para poder lidar eficazmente, quando adulta, com o seu meio físico e social. Para tanto, é necessária uma atmosfera de afeição e segurança.

Após construir com a família da criança um vínculo estável, estabelecendo uma relação de confiança com a família, o professor poderá concentrar-se efetivamente no vínculo a ser estabelecido com a criança. É evidente que o período de adaptação e de conversa com a família não é suficiente para que ele conheça a criança e estabeleça com ela uma relação de apego, mas esse primeiro momento fornece subsídios importantes para que o professor inicie esse processo.

O vínculo professor-bebê não surge de um dia para outro, trata-se de um processo contínuo e intenso, que precisa de empenho de ambas as partes para que ocorra de maneira adequada e possibilite a constituição de um apego seguro.

A seguir há quatro ideias de ações do dia a dia que podem facilitar a construção e a consolidação do vínculo professor-criança:

- As atividades de cuidado devem ser realizadas de forma individual, em um local em que o professor possa, de fato, estar atento a cada indivíduo;
- Durante essas atividades, converse com a criança, olhe nos olhos e tenha movimentos calmos e ternos;
- Respeite as individualidades, cada bebê é único e deve ser respeitado como ser humano que é;
- Elabore uma rotina com base nessas individualidades, de maneira que todas as crianças possam ser atendidas e que isso lhes traga segurança e confiança.

As ideias de John Bowlby na Teoria do Apego deixam claro o papel dos cuidados para o desenvolvimento e o fortalecimento dos vínculos entre adultos e crianças. Além disso, Gonzalez-Mena e Eyer (2014, p. 48) afirmam que:

Desenvolvimento, aprendizado e apego estão vitalmente relacionados. Do apego surgem sentimentos de confiança e segurança. Atitudes e aprendizados que duram a vida inteira podem ter início na troca de fraldas, no banho, na hora de se vestir e de se arrumar e durante a alimentação.

Na creche, há uma intrínseca relação entre cuidar e educar; enquanto cuida o professor está também educando, trabalhando o esquema corporal, fortalecendo os vínculos que são também uma peça fundamental para o desenvolvimento da autonomia. Bowlby (1989) afirma que um cuidado bem realizado é chave para a qualidade da saúde mental.

As atividades de cuidado, seja o banho, a troca ou a alimentação são momentos extremamente íntimos e ricos, muitas são as questões que perpassam esses momentos, a receptividade da criança, o ambiente, os olhares, as falas, os toques, tudo isso pode influenciar a forma como se construirá o apego entre professor e criança.

Na seção anterior, percebeu-se que o apego é algo complexo, não surge do dia para a noite, e precisa ser fortalecido nas ações do dia a dia, requer a compreensão das ações da criança e respeito a suas individualidades, considerando as necessidades de cada sujeito (BOWLBY, 1989; 2002).

Gonzalez-Mena e Eyer (2014, p. 96) apontam que:

O mais comum é que o apego se desenvolva vagarosamente, com o tempo, à medida que os indivíduos se conhecem e aprendem os modos particulares como cada um se comunica.

[...]

Devem ser prestados cuidados positivamente reativos e de alta qualidade para que esse processo chamado apego prospere.

Na família, o apego mãe-bebê começa a ser estabelecido ainda no período gestacional; na creche, o professor não conta com esses nove meses de preparação, o chamado período de “adaptação” dura, em média, duas semanas, e requer muito esforço para que família-criança-professor estabeleçam uma relação de confiança em tão pouco tempo, ponto já explorado acima.

Pantalena (2010, p. 31) disserta que:

Pela interação com a professora o bebê constituirá um novo vínculo e outras figuras de apego. Espera-se que, ao longo das primeiras semanas (varia de bebê para bebê) estabeleça a professora como uma figura de apego.

A autora ainda afirma que

Considerando o ingresso como o momento e o movimento das primeiras semanas do bebê na creche, não é responsabilidade da professora adaptar a criança, mas acolhê-la, criar um ambiente

propício e ter postura favorável à formação de novos vínculos. Também não é responsabilidade da mãe adaptá-la, mas tornar-lhe familiar o novo ambiente, para que se sinta segura e confortável. Assim, professora e mãe passam a vivenciar um momento importante e difícil para a criança, que envolve a separação da figura materna, o estabelecimento de novas figuras de apego, aquisição de novos hábitos, rotina e conhecimento de um novo ambiente (PANTALENA, 2010, p. 35).

Passado este momento inicial em que o vínculo professor-criança começou a ser estabelecido, é importante ele seja consolidado e fortalecido. Para isso, é importante que, durante as atividades de cuidado, o professor possa estar focado em apenas uma criança por vez, realize as atividades de forma personificada, respeite as individualidades e preferências de cada bebê, com toques e olhares delicados, possibilitando um espaço para a resposta da criança.

Toda vez que um cuidador interage, de modo que foque completamente uma criança específica enquanto cumpre alguma das tarefas essenciais da vida diária, o tempo gasto nisso prolonga as conexões. Quando manipulam o corpo da criança com a atenção em outro lugar, os cuidadores perdem a oportunidade de deixar que a criança experimente uma interação humana íntima. É a acumulação de intimidade durante as numerosas interações que transformam tarefas comuns em um currículo baseado em relações (GONZALEZ-MENA; EYER, 2014, p. 51).

É claro que não se pode desconsiderar a realidade de que, em muitas situações, um adulto deve estar atento a várias crianças, mas, sempre que possível, é importante que o professor reserve um momento para que se dedique a apenas uma criança por vez. Os momentos individuais são importantes para a construção do vínculo, pois trata-se de um momento em que a criança é única; naquele momento ela não está sendo vista no coletivo, é somente ela e o adulto.

Crianças pequenas precisam se apegar a alguém que, por sua vez, dê a elas o sentimento de que são importantes – de que elas fazem diferença para alguém. Apesar de muitos bebês e crianças, nas instituições de assistência infantil, serem apegados aos seus pais, eles passam muito tempo longe deles, e o apego aos cuidadores passa a ser também benéfico. Tanto cuidadores quanto as crianças se beneficiam com o apego, porque a comunicação se intensifica e as necessidades são entendidas. O cuidador é recompensado pelo sentimento da criança por ele, e a criança ganha um sentimento de importância. Por meio do apego, a criança entende que, além de *cuidada*, ela é *considerada* como um indivíduo (GONZALEZ-MENA; EYER, 2014, p. 48-49, grifo das autoras).

Durante os banhos e trocas, é positivo que o professor permita que a criança também se envolva naquela ação, e não tente distraí-la para tornar a tarefa “mais fácil”. Quando é envolvida na ação, a criança entende que suas vontades são ouvidas e são importantes, percebe que aquele adulto se preocupa com ela e que respeita as suas vontades.

Conforme Gonzalez-Mena e Eyer (2014, p. 99), “o apego é o meio que a natureza usa para assegurar que alguém se importa com o bebê (emocionalmente) e cuidará dele (fisicamente)”. Por meio das relações de apego estabelecidas, a criança percebe que existem pessoas que se preocupam e cuidam dela, percebendo o mundo como um lugar amigável em que suas necessidades (físicas e emocionais) são atendidas (GONZALEZ-MENA; EYER, 2014).

Além dos momentos de banho e trocas, há também o momento da alimentação, que também pode ser utilizado para a construção e fortalecimento do apego professor-criança. Pensando nas crianças que ainda não se alimentam de forma independente, é importante que, assim como no banho e nas trocas, o mesmo professor alimente essa criança todos os dias, que dê tempo para que ela possa saborear o alimento, que esse momento seja um momento rico para trocas entre eles.

A hora da refeição é um momento de relação, de construção, de conhecimento, por isso, permita que as crianças interajam entre si e com os adultos, facilitando que vínculos sejam assim fortalecidos. Por isso, esses momentos devem ser vistos como momentos importantes, pois apegos estão sendo construídos e fortalecidos durante a alimentação. Para Gonzalez-Mena e Eyer (2014, p. 53):

Comer é um processo emocional. Os adultos levam para uma situação de alimentação muitos sentimentos, ideias e tradições que nada têm a ver com a experiência imediata, mas são decorrentes de sua história e cultura pessoal. Pessoas têm sentimentos fortes a respeito do que constar ou não sobre a mesa. O jeito como comem parece definir quem são. O fato é que a alimentação está conectada com fortes sentimentos, e esses sentimentos afetam o modo como um adulto aborda ou reage à alimentação das crianças.

O professor de creche precisa considerar todos esses aspectos implícitos nas atividades de cuidado, pois isso garantirá que relações de apego sejam estabelecidas entre ele e as crianças, o que favorecerá um desenvolvimento pleno e saudável as crianças, em um ambiente seguro e acolhedor.

Quando o professor considera as atividades de cuidado exclusivamente como atividades obrigatórias, para que o bebê esteja limpo e alimentado, realizando-as de maneira mecânica e apressada, deixa de perceber as especificidades da docência na creche, o que acaba impossibilitando a construção de um trabalho de qualidade com os bebês e as crianças pequenas.

A partir do momento em que o professor compreende a especificidade do trabalho com crianças pequenas e entende o papel do apego para no desenvolvimento pleno e saudável do indivíduo, garante que a criança seja respeitada em suas individualidades, sem atropelos em seu desenvolvimento, mas com consciência de sua importância e valor no mundo.

A Teoria do Apego, ao apontar o papel dos vínculos e sua influência para o desenvolvimento, fornece subsídios para um trabalho efetivo com bebês e crianças pequenas na creche, pois não há como desconsiderar que nesse momento os vínculos são muito fortes. Portanto, torna-se importante que essas questões sejam abordadas nos cursos de formação inicial de professores, para que esses profissionais cheguem às instituições munidos de conhecimentos básicos para que possam exercer a docência na creche com qualidade.

É essencial que, ao chegar na creche, a criança encontre um indivíduo a quem possa se apegar, pois estará longe de suas figuras principais de apego por um longo período, portanto precisa sentir que naquele ambiente há alguém a quem recorrer nos momentos de angústia, medo e necessidade, e para que a separação entre a criança e a sua figura principal seja realizada sem causar traumas e ansiedade nessa criança.

É preciso que os docentes da creche compreendam que tornar-se uma figura de apego não quer dizer que este terá seu trabalho rebaixado, pois tornar-se-á um mero cuidador, regressando ao que já foi a creche no passado, como visto no início desta seção. Ao preocupar-se com o desenvolvimento de vínculos saudáveis na creche e tornar-se uma figura de apego para seu aluno, o professor demonstra entender as necessidades e singularidades do desenvolvimento infantil, considerando a especificidade do trabalho nessa instituição, o que pressupõe um trabalho efetivo e de qualidade com os bebês e as crianças pequenas.

Como apontam Gonzalez-Mena e Eyer (2014, p. 104, grifo das autoras) “Programas baseados em relações levam em conta que a qualidade do cuidado é determinante. Os bebês não apenas precisam como *devem* receber uma assistência de primeira, não apenas cuidados bons o bastante”. Isso significa que deve-se pensar

na qualidade dos cuidados que são ofertados as crianças, em como se dão as interações, pois isso permitirá que o apego prospere no interior da instituição.

A promoção de apegos seguros permitirá que essa criança experimente diversas situações de forma mais autônoma, confiando que há alguém, naquele espaço, que virá ao seu socorro em casos de necessidade. Ao defender que relações de apego seguro sejam incentivadas entre professor e criança no interior das creches, defende-se um desenvolvimento pleno e saudável a criança, em que ela tenha liberdade para explorar aquele espaço e vivenciar as diferentes situações de maneira mais autônoma. De acordo com Bowlby (1989, p. 123, aspas do autor),

[...] uma criança segura é mais feliz, mais cooperativa no cuidado e menos exigente do que uma criança ansiosa. Uma criança ansiosa e ambivalente tende a ser “resmungona” e agarrada, enquanto uma criança ansiosa e evitante mantém-se a distância e tende a implicar com outras crianças.

Ao observar o que apontam os documentos oficiais brasileiros acerca do papel da creche, percebe-se nitidamente a necessidade de que essas instituições garantam aos bebês e às crianças pequenas ali inseridos um desenvolvimento integral. Isso é claro em vários documentos e há também referências para que a haja um adulto de referência para a criança, demonstrando com isso que existe uma preocupação dos documentos oficiais brasileiros com os aspectos próprios e com as necessidades do desenvolvimento de bebês e crianças pequenas na creche.

John Bowlby, ao estudar os efeitos das separações para o desenvolvimento das crianças e o papel dos vínculos, forneceu subsídios para que o atendimento às crianças fosse realizado de forma a respeitar a construção e o fortalecimento dos vínculos entre crianças e cuidadores, o que na época trouxe significativas mudanças para o pensamento existente. Atualmente, essas questões ainda são pertinentes, pois, cada vez mais e mais cedo, as crianças deixam de conviver apenas com a família e passam a ser inseridas em outros espaços e a conviver com outras pessoas, como na creche, por exemplo.

Dessa forma, ao sugerir ações que propiciam e fortalecem relações de apego entre professores e crianças na creche, o propósito é garantir meios para que os bebês e crianças pequenas sejam atendidos com qualidade, com base em um trabalho que respeite as necessidades para o saudável e pleno desenvolvimento delas, considerando que o apego tem um papel vital nesse processo.

Se no início a creche era tida unicamente como um espaço de cuidado para os bebês e as crianças pequenas, hoje entende-se essa instituição como um espaço rico e singular para o pleno desenvolvimento. A ruptura do caráter assistencialista para a passagem para uma visão de educação das crianças pequenas é nítido ao observar o teor dos documentos oficiais e, a partir do momento em que há uma preocupação com a qualidade do apego estabelecido entre professor e criança, a creche demonstra ter, verdadeiramente, superado a visão assistencialista do passado, compreender seu papel de acordo com a legislação educacional e ver o apego um dos imprescindíveis aspectos para a garantia de sucesso no desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação, evidenciou-se a necessidade de aprofundamento, por parte dos professores de creche, das ideias e conceitos da Teoria do Apego de John Bowlby. Desde a primeira seção, com uma apresentação da biografia do autor e dos primórdios de seus estudos, foi possível perceber que seu trabalho trouxe significativas mudanças na forma de pensar o papel dos vínculos no desenvolvimento. Isso porque sua obra tem como ponto fundamental o papel do apego no desenvolvimento humano e os prejuízos causados pelas perdas e separações na infância, entretanto, suas contribuições estendem-se, pois até hoje essas ideias são válidas e pertinentes.

No decorrer do trabalho, com a pesquisa cada vez mais atenta e direcionada, foi perceptível que a creche e os cursos de formação de professores, ao descuidarem-se da função do apego para o desenvolvimento e bem-estar da criança e, conseqüentemente, das ideias propostas pela Teoria do Apego, esquecem-se de necessidades claras dos bebês e crianças pequenas e de aspectos específicos do trabalho com essa faixa etária, pois a criança precisa de uma figura de apego e uma base segura para as suas explorações, para que se sinta física e emocionalmente segura, querida por seu cuidador, ouvida e respeitada em suas necessidades e anseios.

Ao utilizar-se da obra de Bowlby, os cursos de formação de professores e as creches possibilitam que seus alunos e professores tenham acesso a ideias que permitem pensar em um trabalho com bebês e crianças pequenas que respeite as especificidades da faixa etária e atenda às suas necessidades, pois, como ressaltado ao longo deste trabalho, nos três primeiros anos de vida, os vínculos estão fortemente presentes e fazem parte de uma necessidade evidente dos pequenos, portanto, é imprescindível para um trabalho que respeite a criança, suas especificidades e singularidades, que os profissionais que atuem com essa faixa etária considerem o papel que exercem na vida das crianças e a importância dos vínculos para o desenvolvimento humano.

Entretanto, por essa Teoria não ser utilizada durante a formação dos professores, suas ideias não estão presentes no dia a dia da creche, mesmo se tratando de um assunto tão pertinente ao desenvolvimento dos bebês e crianças pequenas na creche. A ausência desse debate na formação dos professores

impossibilita que estes assumam os pressupostos da obra Bowlbiniana em seu trabalho diário, o que, como apontado no decorrer do trabalho, causa prejuízos ao desenvolvimento da criança, visto que um elemento essencial de seu desenvolvimento é negligenciado.

Se por muito tempo pensou-se na creche como um espaço assistencial para o cuidado e segurança das crianças enquanto seus pais trabalhavam, hoje a creche é reconhecida como um espaço educacional, que deve garantir às crianças que a frequentam um desenvolvimento pleno em todos os aspectos do desenvolvimento humano. Para isso, é fundamental que tais aspectos sejam considerados, pois o trabalho da creche deve ser complementar ao trabalho da família, como aponta a LDBEN (1996). Por isso, é necessário que não somente no seio familiar a criança encontre um ambiente acolhedor, seguro, em que as questões de apego sejam pensadas, mas faz-se necessário que a creche também reflita e preocupe-se sobre isso. Com isso, não se quer dizer que o professor deve atuar como mãe ou pai da criança, mas sim, como apontado na segunda seção, seu papel é o de figura subsidiária de apego. Quando pondera sobre isso, creche e professor demonstram preocuparem-se em ofertar as crianças e suas famílias um trabalho que esteja embasado em pesquisas e estudos do desenvolvimento infantil, que respeite as especificidades dos bebês e crianças pequenas, que forneçam meios para que o professor, desde a sua formação inicial, esteja capacitado a trabalhar com a primeiríssima infância.

A criança é um ser completo, não é um vir a ser, ela já é, por isso, quando, por exemplo, as questões emocionais das crianças são negligenciadas, e as relações de apego não são pensadas e valorizadas no interior da instituição, a criança sente-se desamparada, desprotegida, porque seus direitos não estarão sendo respeitados, pois, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (1990), é um direito da criança que esta seja respeitada por seus educadores. Por isso, nenhum aspecto de seu desenvolvimento, nenhum interesse ou necessidade deve ser desvalorizado.

A Teoria do Apego foi utilizada no decorrer deste trabalho para pensar em uma creche em que relações de apego entre professor e criança sejam firmadas e consolidadas. Ao tratar deste assunto e defender uma creche que considere essas questões, o objetivo é defender uma educação de bebês e crianças pequenas que entenda e respeite as diferenças do trabalho com crianças da primeiríssima infância, que contem com profissionais e um ambiente preparado e que esteja respaldado em

teorias e estudos que se preocupem com essas crianças. A obra de John Bowlby ressalta os malefícios que as separações e os apegos inseguros causam ao desenvolvimento da criança, e os efeitos dos modelos de apego estabelecidos na infância soam até a fase a adulto. Portanto, para que possamos ter adultos autônomos, seguros de si, confiantes, felizes, que constroem relações saudáveis com os indivíduos a sua volta, é preciso se pensar na primeiríssima infância dessas pessoas. A Teoria do Apego de Bowlby demonstra a necessidade de se pensar os vínculos criança-adulto desde a mais tenra idade dessa criança; diante disso, a creche não pode negligenciar essas questões.

Ao longo do trabalho do autor, entende-se que o processo de apego não é responsabilidade exclusiva do adulto, visto que a criança tem um papel imprescindível para a consolidação e o fortalecimento dos vínculos, por isso é fundamental que o professor esteja atento às necessidades e as individualidades de cada criança, conheça suas preferências e as respeite. Para isso faz-se necessário que, antes de se pensar no vínculo professor-criança, pense-se na relação que o professor estabelece com a família, pois é partir dela que o professor terá as bases necessárias para que possa construir uma relação de apego com essa criança, pois é a família a primeira instituição de que a criança participa, que mais conhece e entende essa criança.

Muitas são as questões que envolvem as relações de apego na creche, e esta pesquisa não tem a utopia de responder a todas, mas, ao longo deste trabalho, apontaram-se essencialmente as principais ideias da Teoria do Apego de John Bowlby, o papel do apego para o desenvolvimento humano e meios para se pensar em uma creche em que os vínculos sejam valorizados.

Referências

ADORNI, D. S. A creche e o direito à educação das crianças de 0 a 6 anos: de agência de guarda a espaço educacional. **Revista Fafibe Online**, Bebedouro, 2005, ano 1, v. 1, jul. 2005.

ASSIS, R. T. **Uma leitura sobre a Teoria do Apego e uma aproximação com a Metapsicologia via o conceito de Pulsão de Apego**. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2006.

BARBOSA, M.C. **As especificidades da ação pedagógica com os bebês**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7154-2-2-artigo-mec-acao-pedagogica-bebes-m-carmem/file>. Acesso em: 23 mai. 2018.

BENELLI, S. J.; SAGAWA, R. V. Observação da relação mãe-bebê pertencentes à classe trabalhadora durante o primeiro ano de vida. **Rev. Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 17, n. 3, p. 22-32, set./dez. 2000.

BOWLBY, J. **Uma base segura: aplicações clínicas da teoria do apego**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

BOWLBY, J. **Apego e perda: apego – a natureza do vínculo**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. v. 1.

BOWLBY, J. **Formação e rompimento dos laços afetivos**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BOWLBY, J. **Cuidados maternos e saúde mental**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2020.

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 30 jul. 2019.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso em 31 jul. 2019.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 30 jul. 2019.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf. Acesso em 31 jul. 2019.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em 07 mai. 2020.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em 10 jun. 2020.

CAMPOS, M. M.; ROSEMBERG, F.; FERREIRA, I. M. **Creches e pré-escolas no Brasil**. São Paulo: Cortez: FCC, 2001.

CARVALHO, A. M. A.; POLITANO, I.; FRANCO, A. L. S. Vínculo interpessoal: uma reflexão sobre diversidade e universalidade do conceito na teorização da psicologia. **Estudos de Psicologia**, Campinas, n. 25, v. 2, 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v25n2/a08v25n2.pdf>. Acesso em 28 jun. 2019.

CÔRREA, B. C. Considerações sobre qualidade na Educação Infantil. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, 2003, n. 119, p. 85-112, jul. 2003.

DALBEM, J. X.; DELL'AGLIO, D. D. Teoria do apego: bases conceituais e desenvolvimento dos modelos internos de funcionamento. **Arquivos brasileiros de psicologia**, Rio de Janeiro, 2005, v. 57, n. 1, p. 12-24, 2005.

DIDONET, V. Creche: a que veio... para onde vai.... **Em aberto**, Brasília, 2001, v. 18, n. 73, p. 11-27, jul. 2001.

FALK, J. Cuidados pessoais e prevenção. In: FALK, J. **Abordagem Pikler: educação infantil**. 1ª ed. São Paulo: Omnisciência, 2016. p. 16-24.

FREITAS, N. F.; LANDIM, S. P. P.; ARIOSI, C. M. F. O apego do apego no processo de inserimento da criança na creche. In: **CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DA UNOESTE**, n. 2., 2019, Presidente Prudente. Anais [...]. Presidente Prudente: Unoeste, 2019, p. 558-568.

FULY, V. M. S.; VEIGA, G. S. P. Educação infantil: da visão assistencialista à educacional. **Interfaces da Educ.**, Paranaíba, 2012, v. 2, n. 6. 2012. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/viewFile/588/552>. Acesso em: 29 mai. 2018.

GOMES, A. A. **A Teoria do Apego no contexto da produção científica contemporânea**. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências, Bauru, 2011.

GOMES, A. A.; MELCHIORI, L. E. **A teoria do apego no contexto da produção contemporânea**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

GONZALEZ-MENA, J.; EYER, D. W. **O cuidado com bebês e crianças pequenas na creche: um currículo de educação e cuidados baseado em relações qualificadas**. 9. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

GONZALEZ-MENA, J. **Fundamentos da educação infantil: ensinando crianças em uma sociedade diversificada**. 6. ed. Porto Alegre: AMGH, 2015.

GURGEL, K. M. R. **A relação mãe-bebê e a adaptação a um berçário: suas influências mútuas**. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

KUHLMANN JUNIOR, M. Instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil (1899-1922). In: KUHLMANN JUNIOR, M. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010. p.77-102.

NASCIMENTO, E. C. M. **Processo histórico da Educação Infantil no Brasil: Educação ou assistência?** Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17479_9077.pdf. Acesso em 13 mai. 2020.

OLIVEIRA, Z. M. R. **A creche no Brasil: mapeamento de uma trajetória**. **Rev. Fac. Educ.**, São Paulo, 1988, v. 14, n. 1, p. 43-52, jan./jun. 1988.

PANTALENA, E. S. **O ingresso da criança na creche e os vínculos iniciais**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PIO, C. Da concepção ao primeiro ano de vida: reflexões sobre o relacionamento mãe-bebê. **Psicol. Am. Lat.**, México, n. 11, set. 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2007000300013&lng=pt&nrm=iso. acesso em: 12 abr. 2020.

PONTES, F. A. R.; SILVA, S. S. C.; GAROTTI, M.; MAGALHÃES, C. M. C. **Teoria do Apego: elementos para uma concepção sistêmica da vinculação humana**. Aletheia, Canoas, 2007, n. 26, p. 67-79, dez. 2007.

RAMIRES, V. R. R.; SCHNEIDER, M. S. Revisitando alguns Conceitos da Teoria do Apego: Comportamento versus Representação? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, 2010, n.1, v. 26, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v26n1/a04v26n1>. Acesso em 27 jan. 2019.

RODRIGUES, S.; CHALHUB, A. **Amor com dependência: um olhar sobre a teoria do apego**. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0155.pdf>. Acesso em: 03 set. 2018.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C. O apego e as reações da criança à separação da mãe. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, 1984, n. 48, p. 3-19, 1984.

SÁ-CHAVES, I. **Formação, conhecimento e supervisão: contributos nas áreas da formação de professores e de outros profissionais**. 3. ed. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2011.

SILVA, C. R.; BOLSANELLO, M. A. No cotidiano das creches o cuidar e o educar caminham juntos. **Interação em Psicologia**, Curitiba, 2002, v. 6, n. 1, 2002. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/viewFile/3190/2553>. Acesso em: 07 out. 2018.

SOARES, S. M. **Vínculo, movimento e autonomia: educação até 3 anos**. 1. ed. São Paulo: Omnisciência, 2017.

SOMMERHALDER, A. Educar/Cuidar na Educação Infantil: construir a indissolubilidade dos fazeres docentes. In: SOMMERHALDER, A. **Educação Infantil em perspectiva: fundamentos e práticas docentes**. São Carlos: EdUFSCar, 2015. p. 10-38.

SPADA, A. C. M. Propostas de cuidado e educação no ambiente da creche – aspectos históricos e formação de professores. **Nuances: estudos sobre educação**, Presidente Prudente, 2007, ano XIII, v. 14, n. 15, p. 93-106, jan./dez., 2007.

VILLACHAN-LYRA, P.; QUEIROZ, E. F. F.; MOURA, R. B.; GIL, M. O. G. **Entendendo o desenvolvimento infantil: contribuições das neurociências e o papel das relações afetivas para pais e educadores**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2018.

VILLELA, F. C. B.; ARCHANGELO, A. Afetividade e mediação em sala de aula. In: VILLELA, F. C.B; ARCHANGELO, A. **A escola significativa e o aluno diante da atividade**. São Paulo: Edições Loyola, 2015. Cap. 4, p. 99-119.